

# Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 24

DIÁRIO POPULAR - PELOTAS- RS  
ANFIP

Renda, riqueza e consumo (Artigo) ..... 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Três dias para acertar as contas com o Leão ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cashback pode ser saída para Zona Franca de Manaus ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Biden e republicano fazem acordo para elevar teto da dívida ..... 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em semana decisiva, MPs perdem validade na quinta ..... 10

O GLOBO - RJ - VALOR INVESTE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Além do Bitcoin: outras criptos negociadas no Brasil giram R\$ 13 bi ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Convite para refletir sobre nossos privilégios - BRUNO CARAZZA ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira se irrita com a falta de articulação política do governo ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Importação de encomenda de pequeno valor cai 20% em abril ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CVM e empresas cripto debatem blockchain padrão ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco edita norma sobre ajuda de custo do home office ..... 21

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Malha fina do IRPF já tem 2 milhões de contribuintes ..... 23

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto devido pode ser doado a projetos sociais ..... 25

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Motoristas autônomos têm 40% de desconto no IR ..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Mães negras e o mercado de trabalho - RACHEL MAIA ..... 28

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Como carro da Tesla se tornou o mais vendido do mundo ..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Sem receita, Estados preveem reajuste ..... 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Juízes deveriam se dar conta dos próprios privilégios (Editorial) ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB forte no 1º tri, mas fraco no resto do ano ..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estímulos de efeito duvidoso ..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Erro industrial (Editorial) ..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Neoindustrialização: uma análise da proposta Lula/Alckmin (Artigo) ..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode sair neste semestre, diz Appy ..... 40

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Esquerda pressiona Lula, se divide e causa desgaste para o Planalto ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda ampla para melhorar produtividade segue distante - SERGIO LAMUCCI ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Transporte rodoviário pede isonomia com aéreas ..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios da tributação da economia digital - OPINIÃO JURÍDICA ..... 46

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota única do ICMS da gasolina deve gerar alta de preço na bomba ..... 48

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

MP do governo Lula recebeu 106 propostas de alteração ..... 50

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasileiro trabalha 5 meses do ano para pagar impostos (Artigo) ..... 52

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca é principal trava à reforma tributária ..... 53

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Pressão na gasolina** ..... 55

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Aposentados - APOSENTADOS** ..... 57

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

**Sinal de alerta para a gestão da dívida municipal (Artigo)** ..... 59

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Citi eleva PIB em 2023, mas vê riscos para inflação e juros** ..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Perspectiva favorável aguça apetite de investidores por empresas do campo** ..... 63

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Meta de inflação contínua ganha força no mercado** ..... 65

# Renda, riqueza e consumo (Artigo)

**Carlos Eduardo Behrendorf**

ARTIGO

POR Carlos Eduardo Behrendorf

Jornalista | cebehrendorf7@gmail.com

Organizado por entidades do fisco, o seminário "Tributação da Renda, da Riqueza e do Consumo: o Brasil na Contramão da OCDE" será realizado hoje na Câmara dos Deputados, a partir das 14h. Representantes do BID e do FMI debaterão a tributação de grandes fortunas na **reforma tributária**, na prévia do Fórum Internacional Tributário (FIT 2023). Ação é realizada pelo Sindifisco Nacional, Fenafisco e **Anfip**, com apoio da Fenafim. Os modelos de tributação pelo mundo e soluções que podem contribuir com uma maior justiça fiscal no Brasil estarão em pauta no Pré-Fórum Internacional Tributário (Pré-FIT 2023).

PRESENTES

Integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Ministério da Fazenda e parlamentares estarão presentes.

MALALA

Vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 2014, a ativista paquistanesa Malala Yousafzai está no Brasil. Em Brasília reuniu-se com ministros/as do governo.

ENSINO

Em um dos compromissos em Brasília, ela foi recebida no Ministério da Educação (MEC), na quinta-feira (26), onde defendeu um ensino mais inclusivo.

COGITADO

Braga Netto articula novos voos políticos. O general recusa o pijama, atua no PL e passa a ser cogitado para a prefeitura do Rio. Por Laísa Dall'Agnol (Revista Veja).

DW BRASIL

Preconceito contra estudantes brasileiros em Portugal: Universidade de Lisboa foi palco de protesto após aluno português defender "apedrejamento" de

brasileiros.

COTIDIANO

À DW Brasil, alunos relatam enfrentar um cotidiano de discriminação nas instituições de ensino do país europeu. Eu hein... (Elisa de Oliveira Brinkhoff, 26/05/2023).

CHURRASCO

Na noite da sexta, 26, Lula fez churrasco no Palácio da Alvorada. Presentes Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril.

PODER360

"Futebol perdeu credibilidade", diz relator da CPI das Apostas, deputado Felipe Carreras (PS-B-PE). "Vivemos o maior escândalo da história" e fala em regulamentar setor.

LIDERANÇA

A Sportradar, empresa que acompanha supostas fraudes pelo mundo, coloca o Brasil em 1º lugar nas suspeitas de fraudes em apostas esportivas online. Enfim, uma liderança!

É O MAIOR

O Brasil é o país com o maior número de suspeitas de fraudes em apostas que visam acertar resultados de competições esportivas no mundo. A Argentina? Seis posições abaixo.

**Site:**

<https://edicoes.diariodoamapa.com.br/2023/mai/28e29/>

# Três dias para acertar as contas com o Leão

Victor Correia

O prazo para enviar a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) termina na quarta-feira, e 7,3 milhões de contribuintes ainda não tinham enviado até sábado o formulário de prestação de contas ao Fisco referentes ao exercício de 2022. A **Receita Federal** recebeu 32.168.509 declarações de um total esperado de 39,5 milhões neste ano.

Dos registros feitos até sábado, 64,83% vão receber restituição, e 22% usaram o modelo pré preenchido, inaugurado no ano passado. Com ele, informações de rendimentos, deduções, bens, direitos, dívidas e ônus reais são importantes da declaração do ano anterior, do carnê leão e das declarações de terceiros, como as empresas contratantes e serviços de saúde.

Quem entregar a declaração do IRPF fora do prazo está sujeito a multa que vai de R\$ 165,74 a 20% do valor do imposto devido. São obrigados a declarar quem recebeu, em 2022, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 - como um salário de R\$ 2.379.97 - ou ganhou mais de R\$ 40 mil em rendimentos isentos, que incluem bolsas de estudo, lucros e dividendos de empresas e indenização por rescisão do contrato de trabalho.

**ALERTA DE GOLPE** O Fisco alertou, nesta reta final, para um novo golpe que tem como alvo pessoas que já declararam o Imposto de Renda. Os golpistas enviam e-mails se passando pelo Fisco e informando as vítimas em potencial que houve erros em suas declarações. As mensagens contêm links para sites maliciosos, que podem instalar vírus e roubar informações sensíveis dos contribuintes.

"A **Receita Federal** ressalta que não envia comunicações por e-mail ou mensagens de texto solicitando a correção de erros em declarações por meio de links", frisou. O órgão destacou ainda que usa principalmente o Portal e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte) e o site institucional para divulgar informações de forma segura. Se houver inconsistência nos dados declarados pelo contribuinte, o registro cairá na chamada "malha fina", informou a Receita.

# Cashback pode ser saída para Zona Franca de Manaus

A solução para a Zona Franca de Manaus dentro da **reforma tributária** pode passar pela criação de um "cashback" para que se devolva às empresas, em dinheiro, o valor que hoje elas possuem na forma de benefício tributário. Esse é um dos pilares de uma proposta para a região que está sendo preparada pelo CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), entidade responsável por um dos textos de reforma em discussão no Congresso.

Hoje, há diversos incentivos fiscais na região. Alguns baseados em quatro **tributos** que serão extintos com a reforma: os federais PIS, Cofins e IPI e o ICMS, imposto estadual.

O diretor do CCiF e ex-ministro Nelson Machado disse à Folha que o modelo de devolução é mais transparente e dá mais segurança jurídica às empresas da região, ao substituir um sistema incompreensível para muitos. "O que o CCiF se propõe é criar um modelo que troque essa parafernália por um fluxo claro, fiscalizável e calculável." A ideia é que o Polo Industrial de Manaus seja tratado como uma região "fora do Brasil" do ponto de vista do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Assim, suas importações e exportações (compras e vendas a outros países) seriam totalmente desoneradas do novo imposto sobre consumo.

As vendas de insumos de outras regiões do Brasil para a Zona Franca seriam tratadas como exportações, com direito a crédito de imposto para o fornecedor, o que significa desoneração total.

Já as vendas de produtos da região para o restante do Brasil seriam tributadas com o IBS-Importação, recolhido pelo comprador. A empresa em Manaus não recolhe nada.

Esse desenho ainda não garante a vantagem tributária para a região. Por isso, o CCiF propõe devolver às empresas locais parte da arrecadação do novo imposto.

A devolução em dinheiro será equivalente aos incentivos com os **tributos** que serão substituídos, calculada como proporção do valor das vendas para outras regiões do país.

Machado explica que isso é diferente de devolver

totalmente o tributo dessas vendas, o que geraria uma perda de arrecadação superior ao benefício tributário atual.

O CCiF está construindo um modelo de cálculo da devolução que será apresentado por meio de uma nota técnica. Caberá aos atores políticos seguir ou não essa sugestão, ou aperfeiçoar a proposta.

A entidade propõe que o custo da devolução seja repartido entre o governo federal e os estados, mas afirma que a forma como isso será feito é uma decisão política. O mesmo ocorre com a aplicação da fórmula para definir o cashback: pode ser feito um cálculo por empresa, setor, companhia com o mesmo tipo de benefício ou até uma média geral.

As contrapartidas atuais das empresas para ter o benefício fiscal, como os recursos para a Universidade do Estado do Amazonas, seriam descontadas do orçamento destinado ao cashback.

As PECs (Propostas de Emendas à Constituição) que tratam da reforma preveem que as regras especiais para a Zona Franca serão criadas posteriormente, por meio de lei complementar.

"Isso não precisa estar na PEC, mas ajuda a destravar a discussão. Mostra que é possível construir um modelo que garanta a competitividade do Polo industrial de Manaus", afirma Machado. "O cashback entra para garantir o diferencial competitivo da região." O diretor do CCiF afirma que o modelo de desenvolvimento da região não pode acabar do dia para a noite e que muitas empresas fizeram investimentos com base no sistema tributário atual. A instituição desenha uma fórmula com base no que existe atualmente e diz que a decisão de reduzir ou manter essas regras é uma questão política.

A proposta original da entidade era acabar com o tratamento tributário diferenciado e fazer uma compensação por meio da transferência de recursos para a região, mas essa solução se mostrou politicamente inviável.

A Zona Franca de Manaus responde por 7% dos incentivos fiscais classificados pela **Receita Federal** como gastos tributários. Está entre os cinco maiores benefícios, com uma renúncia estimada em cerca de

R\$ 30 bilhões para 2023 em **tributos** federais. Os benefícios da região têm prazo de vigência até 2073.

Em abril, o Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) e a Abraciclo (associação dos fabricantes de moto e bicicletas) divulgaram documento com três propostas para serem incorporadas à **reforma tributária**.

Eles pedem a manutenção do IPI até 2073 para produtos fabricados na Zona Franca, tratamento favorecido nos novos **tributos** sobre consumo (com isenções, créditos presumidos e reduções da base de cálculo, isoladamente ou combinados) e a criação de um Fundo Constitucional da Bioeconomia.

Uma nova proposta de **reforma tributária** deve ser apresentada no início de junho pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O texto irá substituir a versão atual da PEC 45 e poderá ser votado diretamente no plenário da Câmara, para depois ser analisado no Senado.

O Ministério da Fazenda e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliam que o texto deve ser aprovado na Casa antes do recesso parlamentar de julho.

Uma das ideias da **reforma tributária** é acabar com praticamente todos os mecanismos de desoneração por produto. Eles seriam substituídos por um sistema em que o governo cobra de todos e devolve o dinheiro para um contribuinte com determinadas características (mais pobres ou empresas da Zona Franca, por exemplo). É a chamada tributação personalizada ou "cashback".

Esse modelo é utilizado em vários países e que também está sendo testado no Rio Grande do Sul. A devolução pode ser feita em tempo real, antecipadamente (um complemento no Bolsa Família, por exemplo) ou posteriormente, como uma espécie de Nota Fiscal Paulista (SP) ou Nota Legal (DF).

Zona Franca de Manaus em números

41.773 empresas cadastradas na Suframa\*

18.054 empresas cadastradas no Amazonas

430 indústrias de grande porte em Manaus

107 mil empregos nessas grandes indústrias

412 mil empregos indiretos

2,2 milhões é a população de Manaus

RS 158 bilhões de faturamento no polo industrial de Manaus em 2021

Fonte: Suframa. \*Os benefícios foram estendidos para uma área que inclui os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e as cidades de Macapá e Santana (Amapá)

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50291>**



# Biden e republicano fazem acordo para elevar teto da dívida

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o da Câmara, o republicano Kevin McCarthy, chegaram a um acordo preliminar neste sábado (27) para aumentar o teto da dívida, hoje em US\$ 31,4 trilhões, por dois anos, e limitar os gastos do governo pelo mesmo período. O anúncio encerra um impasse que deixou o país à beira de dar o seu primeiro calote na história.

Na noite deste domingo, Biden anunciou que o texto da proposta foi finalizado.

O plano precisa agora ser aprovado pelo Congresso.

O prazo, no entanto, é curto: até 5 de junho. A aprovação do texto por congressistas ainda é incerta, especialmente na Câmara, onde o acordo deve ser analisado nesta quarta (31). Os republicanos têm maioria na Casa, e deputados de direita que haviam exigido cortes orçamentários maiores já estão em revolta e buscam formas de protelar a votação.

Na Câmara, são 222 republicanos e 213 democratas. Já no Senado, há mais democratas-51349. A última vez que o país chegou tão perto de um calote foi em 2011.

Apesar da divisão, como o acordo teve a bênção tanto de Biden quanto do comando republicano da Câmara, a expectativa é de que possa acabar com o impasse fiscal no qual Washington se encontra há semanas.

A falta de uma solução nas últimas semanas assustou os mercados financeiros, o que forçou os Estados Unidos a pagar taxas de juros recordes em algumas vendas de títulos.

Em nota divulgada pela Casa Branca na noite de sábado, Biden fez um apelo para que a Câmara e o Senado aprovem o acordo, afirmando que elevai evitar um calote catastrófico.

"O acordo protege as minhas prioridades-chave e conquistas legislativas, assim como a dos democratas no Congresso. O acordo representa um meio-termo, o que significa que nem todo mundo conseguiu o que queria", disse.

Em entrevista a jornalistas que durou apenas 1 minuto, o republicano afirmou que o acordo contém "reduções

históricas de gastos, reformas importantes que vão tirar as pessoas da pobreza e colocá-las na força de trabalho".

O plano foi estruturado mirando angariar votos dos dois partidos, apesar de ter atraído a ira não apenas de republicanos conservadores, como também de democratas furiosos com o pedido de apoiarem cortes de gastos aos quais eles se opõem.

De todo modo, ele ainda permite que republicanos afirmem que tiveram sucesso em reduzir os gastos governamentais -ainda que despesas militares e com programas para veteranos continuem crescendo -, enquanto democratas poderão defender que eles protegeram a maior parte dos programas domésticos de cortes expressivos.

De acordo com uma pessoa familiarizada com a negociação, o texto também impõe novas exigências de trabalho para parte dos beneficiários de programas sociais, como o de compras de alimentos e o de assistência temporária para famílias vulneráveis.

O acordo fechado neste sábado colocaria limites no período de tempo que pessoas com menos de 54 anos e sem filhos podem receber o benefício de compras de alimentos, por exemplo. Mas, ao mesmo tempo, o acesso ao programa seria expandido para veteranos e moradores de rua.

O acordo provisório também recupera parte dos recursos não gastos de uma lei do período da pandemia, e reduz em US\$ 10 bilhões (de US\$ 80 bilhões para US\$ 70 bilhões) o orçamento de fiscalização da **Receita Federal** americana para combater a sonegação fiscal. Ele inclui ainda medidas para acelerar avaliações de riscos ambientais de alguns projetos de energia e um dispositivo para forçar o presidente a encontrar reservas orçamentárias para compensar custos de ações unilaterais, como perdão de dívidas estudantis. O texto prevê ainda uma medida para evitar uma paralisação do governo no final deste ano.

A Casa Branca e negociadores do Congresso levaram as conversas quase até o último minuto, aumentando a pressão sobre o Legislativo para aceitar uma solução impopular com radicais da direita e da esquerda.



McCarthy já afirmou diversas vezes que ele acredita que a maioria do seu partido vai votar a favor do acordo, mas não está claro ainda quantos republicanos vão apoiar o texto -e nem quantos democratas serão necessários para compensar as traições do lado republicano.

O caminho deve ser turbulento também no Senado, onde conservadores já sinalizaram que não estão dispostos a dar o seu apoio.

"O processo foi tenso, arriscado e feio, mas, no final, nós temos um plano para aumentar a poupança e elevar o teto de dívida, e é disso que precisamos", disse Maya MacGuineas, presidente do Comitê por um Orçamento Federal Responsável em Washington.

O anúncio de acordo ocorre após meses de teimosia política. Biden e democratas do Congresso inicialmente insistiram para que os deputados republicanos elevassem o teto da dívida sem nenhuma contrapartida.

No entanto, eles tiveram que ceder depois de McCarthy articular a oposição para aprovar um projeto de lei que elevaria o limite da dívida em troca de um corte de 18%, em média, nos programas governamentais ao longo de uma década.

Os republicanos propositalmente evitaram especificar quais programas eles planejavam cortar, mas a aprovação do projeto forçou Biden a fazer o que ele disse que nunca faria: negociar.

Negociações bilaterais entre o presidente americano e o líder republicano começaram a sério só em 16 de maio.

O acordo final representa um sucesso modesto da oposição. Uma análise do New York Times dos limites de gastos no centro do acordo sugere que eles reduzirão as despesas em cerca de US\$ 650 bilhões ao longo de uma década.

Em uma conversa privada para informar aliados sobre o acordo que se desenhava, McCarthy vendeu o texto como uma vitória, afirmando que poucas coisas no pacote tinham apoio democrata.

McCarthy prometeu dar aos membros da Câmara 72 horas para ler o projeto de lei antes de levá-la ao plenário para votação. Isso testará se um número suficiente de membros moderados apoia os compromissos do projeto de lei para superar a oposição de republicanos de extrema-direita e de democratas progressistas.

Entenda a discussão

O que é o teto da dívida?

É o limite total de dinheiro que o governo dos EUA é autorizado a pegar emprestado via títulos do Tesouro americano para cumprir obrigações financeiras. Como o Orçamento do país é deficitário, ele precisa tomar emprestado volumes enormes de recursos

Os EUA atingiram o teto. E agora?

O limite foi alcançado tecnicamente em 19 de janeiro. Desde então, o Tesouro vem usando "medidas extraordinárias" para cumprir suas obrigações. Essas alternativas, porém, se esgotam em junho

O que está em jogo?

Se o governo ficar sem dinheiro, ele não será mais capaz de emitir dívida e pagar suas contas. Ele pode acabar dando calote em suas dívidas se não conseguir fazer pagamentos exigidos por detentores de títulos de dívida. Isso seria devastador para os EUA e para a economia global

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50291>**

# Em semana decisiva, MPs perdem validade na quinta

**LAURIBERTO POMPEU E JENIFFER GULARTE**

Em uma semana decisiva para o governo, a medida provisória (MP) que estruturou a organização da gestão Lula perde a validade na quinta-feira e, se não for aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado até lá, voltará a vigorar o desenho da Esplanada dos Ministérios deixado por Jair Bolsonaro.

Outras MPs precisam ser confirmadas até a mesma data para continuar em vigor, entre elas a que garante os pagamentos de um extra de 50% no programa Auxílio Gás.

Deputados e senadores usaram a MP que reorganizou a Esplanada para dar um recado ao governo e desidratar o Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva, retirando uma série de funções estratégicas de sua estrutura. O relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDBAL), afirmou que a intenção é manter o conteúdo do seu parecer, aprovado na semana passada em comissão formada por deputados e senadores.

-Não tem nenhum sinal disso (de reverter as medidas do relatório), não teve nenhum contato do governo, nada. Pode até modificar alguma coisa, é natural, o debate continua, mas até o presente momento não tem nenhum acordo nesse sentido, nenhuma reivindicação do governo -disse Bulhões ao GLOBO.

Por sua vez, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido- AP), disse que o Executivo busca um acordo para definir quais pontos podem ser ajustados e que irá conversar hoje sobre isso com o relator: -Vamos esgotar todos os esforços. A orientação do presidente é essa. Até o último instante da votação.

Pelo projeto aprovado na comissão, o Ministério do Meio Ambiente perde a Agência Nacional das Águas (ANA) para o da Integração Nacional, e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o da Gestão. Em outro revés para os ambientalistas, a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas deixa de ser da pasta dos Povos Indígenas para ser da Justiça.

## NEGOCIAÇÕES

Outras três MPs perdem a validade na quinta-feira: a

que extingue a Fundação Nacional da Saúde (Funasa); a que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda para o Banco Central; e a que determina o voto de desempate a favor da Receita no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

No caso do Coaf, o Congresso vai deixar a MP caducar, retirando o órgão da estrutura da Fazenda. Na mudança do **Carf**, o governo fechou um acordo para tratar o assunto por meio de um projeto de lei.

Já em relação à Funasa, Bulhões incorporou a extinção à MP que ele relata. Líder do MDB na Câmara, ele atende a um interesse de seu correligionário Jader Filho, ministro das Cidades, que absorveu as principais funções da fundação.

Outros parlamentares, no entanto, são contra o fim do órgão, e isso deve ser alvo de disputa no plenário. Alas de PSD, União Brasil e PP querem manter a Funasa, para evitar perda de influência em cargos regionais.

Além disso, há uma movimentação para esvaziar o Ibama, deixando com mais instâncias do governo, como o Ministério de Minas e Energia (MME), a tarefa de conceder licenciamento ambiental.

Bulhões afirmou que não pretende fazer mudanças nas funções do Ibama, mas disse que "não tem como prever" se algum partido vai articular nesse sentido no plenário.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Além do Bitcoin: outras criptos negociadas no Brasil giram R\$ 13 bi

**LAELYA LONGO**

Todas as criptomoedas criadas depois do inovador Bitcoin são chamadas de altcoins.

Entre elas há as stablecoins (lastreadas em ativos reais), os utility tokens (usados para acesso a serviços) e as memecoins (as criptos da "zoeira"), com fundamentos e casos de usos diversificados dentro do ecossistema cripto.

Em comum, todas usam a tecnologia disruptiva das redes blockchain, nas quais não é possível alterar dados sem deixar rastro, o que gera confiança e privacidade, além de mais eficiência e rapidez no processamento de dados.

Em março, segundo dados mais recentes da **Receita Federal**, 52 tipos de criptomoedas (sem contar o Bitcoin) foram negociados pelos brasileiros em mais de 3,3 milhões de operações, em um volume total de cerca de R\$ 13 bilhões.

Dessas, 22 movimentaram acima de R\$ 1,5 milhão, cada.

Em março, o número de CPFs que declararam operações com criptomoedas à Receita foi de 1,6 bilhão, novo recorde.

O número de empresas também foi recorde, com 61,3 mil CNPJs registrados.

## STABLECOINS

As stablecoins são criptomoedas pareadas a ativos reais, principalmente dólar. Como não apresentam rentabilidade, não são usadas para especulação, mas para facilitar transações com ativos digitais e o acesso a outras criptos, além de favorecer a dolarização de investimentos.

Em número de operações no Brasil, a liderança é do Brazil Digital Token (BRZ), cripto pareada ao real, com mais de um milhão de negócios em março, girando em torno de R\$ 247 milhões. O número de operações com BRZ deu um salto em 12 meses.

Em março do ano passado, foram pouco mais de 50 mil. Na época, o valor médio por operação passava

dos R\$ 14 mil. Em março deste ano, a média despencou para R\$ 234. O BRZ é um meio de acessar plataformas de finanças descentralizadas e exchanges internacionais (onde as criptos são negociadas) ou, ainda, facilitar o câmbio entre real e dólar, via tokens.

Em volume transacionado, nenhuma cripto, nem mesmo o Bitcoin, chega perto do Tether (USDT), stablecoin pareada ao dólar, com R\$ 11,8 bilhões -que corresponde a 90% do total das criptos -, em pouco mais de 185 mil operações, o dobro da quantidade registrada em março de 2022. Na época, o Tether girou perto de R\$ 7 bilhões, em cerca de 90 mil operações.

O volume financeiro de Tether, em março, foi seis vezes maior que o do Bitcoin. Apesar de a quantidade de operações não ser tão grande, o valor médio por operação é o maior: R\$ 64 mil.

-O Tether tem longa história no mercado de cripto.

Controversa, diga-se de passagem -diz Vinicius Bazan, analista de criptos da Empiricus.

-Ao longo dos últimos dois anos, a Tether tem buscado ser cada vez mais transparente em sua operação e sobre como mantém suas reservas de garantias. Além disso, vem progressivamente saindo de ativos menos líquidos e aumentando a segurança da sua stablecoin.

Entre as stablecoins destacam-se ainda USD Coin (USDC) e Pax Dollar (USDP). Enquanto a primeira movimentou R\$ 186 milhões em 5 mil operações, o Pax Dollar teve 155 mil operações, mas giro de apenas R\$ 5 milhões. Há uma enorme diferença no valor médio: R\$ 4,3 mil na USD Coin e pouco mais de R\$ 30 na Pax Dollar.

Felipe Medeiros, analista de criptomoedas e sócio da Quantzed Criptos, avalia que esse tipo de cripto se torna mais atraente em momentos de baixa do mercado: -As pessoas buscam transacionar ativos com menos volatilidade, como as criptomoedas atreladas ao dólar.

Segundo Medeiros, assim elas evitam se expor à volatilidade das criptos tradicionais, como o Bitcoin.

TOKEN DE UTILIDADE (OU SEM)

O sócio da Quantzed ainda considera que, no mercado cripto, "há pouquíssimos ativos que têm utilidade real", o que arrepia os criptofundamentalistas.

Entre os que têm utilidade real, o principal é o Ethereum, ou Ether (ETH), o utility token mais negociado -no mundo e no Brasil. Ele é usado dentro de sua rede própria para desenvolver contratos inteligentes, financiamento coletivo, organizações autônomas e outras aplicações descentralizadas.

Em março, foram mais de 810 mil operações de Ether, uma variação positiva de 12% frente ao mesmo mês do ano passado, movimentando R\$ 371 milhões.

-Ao contrário do Bitcoin, o Ethereum não tem um discurso político -diz Medeiros.

- Tem um discurso de inovação tecnológica, que deverá ser abraçada pelas empresas para reduzir seus custos e oferecer um serviço melhor ao cliente, mais barato, mais eficiente, mais transparente, mais seguro.

O utility token Polygon (MATIC) registra a terceira maior quantidade de operações, 328 mil -um salto gigantesco ante as 13 mil registradas em março de 2022. O volume financeiro cresceu dez vezes no período. Seu grande diferencial, dizem especialistas, é a capacidade de estabelecer conexões e parcerias com empresas do mundo real, como Nike, Disney, Starbucks, Adobe e Meta.

-É basicamente um hub de tecnologia que desenvolve soluções em blockchain para diversas empresas pelo mundo -reforça Medeiros.

Outro que teve um salto no número de operações é o Uniswap (UNI), token nativo da exchangedescentralizada (DEX, na sigla em inglês) que roda na blockchain do Ethereum, bem à frente de criptos tradicionais e com maior volume financeiro, como Ripple (XRP), Litecoin (LTC) e Solana (SOL). As operações de Uniswap saltaram de 7 mil, em março do ano passado, para 117 mil, com giro de R\$ 13 milhões.

-O Uniswap não é novo no mercado, mas suas inovações e desenvolvimentos tecnológicos seguem de vento em popa e têm feito com que a exchange ganhe destaque entre os investidores -diz Bazan. - Trata-se de um dos projetos mais sólidos no mercado cripto.

Medeiros ressalta que grande parte dos criptoativos negociados pelos brasileiros têm riscos grandes, como o de o projeto dar errado, pois dependem de muito

financiamento.

Um exemplo desse processo de "do hype ao flop" é o token Waves, cujo número de operações desabou 95% em um ano. No primeiro trimestre de 2022, conta Bazan, o Waves atingiu sua máxima histórica, de US\$ 55. Hoje, gira em torno de US\$ 2: -Naquela época, o projeto estava ganhando bastante atenção por suas iniciativas com metaverso. Aparentemente, não deu certo.

#### DOGECOIN, O PET DE MUSK

Criada como um meme que satiriza as criptos, a Dogecoin (DOGE) é basicamente um item colecionável, cujo preço e volume negociado variam conforme o humor de seus entusiastas. O principal deles é o bilionário Elon Musk, dono de Tesla, Twitter e SpaceX.

Em março, os brasileiros negociaram cerca de R\$ 12 milhões em Dogecoin, em quase 28 mil operações. O valor médio por operação não é desprezível, em torno de R\$ 430, para uma cripto que custa US\$ 0,07 (R\$ 0,35).

No início de abril, Musk substituiu o logo do Twitter -o passarinho azul - pela imagem do cachorro símbolo da Dogecoin, um shiba inu. Em poucos minutos, o preço chegou a disparar mais de 30%. Alguns dias depois, o passarinho azul retomou seu lugar, e o cachorro caiu mais de 10% em poucas horas.

"O Ethereum tem um discurso de inovação tecnológica, que deverá ser abraçada pelas empresas para reduzir seus custos e oferecer um serviço melhor ao cliente, mais barato, mais eficiente, mais seguro"

Felipe Medeiros, analista e sócio da Quantzed Criptos

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Convite para refletir sobre nossos privilégios

## - BRUNO CARAZZA

Duas semanas atrás, usei este espaço para criticar os benefícios que a indústria automobilística sempre recebeu no Brasil, fatura que acaba de crescer com o relançamento do novo "carro popular" de Lula. Na segunda passada, chamei atenção para as elevadas remunerações da elite do funcionalismo nos três Poderes da República, e de como essas carreiras têm pressionado por maiores penduricalhos salariais.

O Estado brasileiro é pródigo em conceder benesses das mais variadas naturezas para empresas e indivíduos que se julgam merecedores de tratamento diferenciado, sob os mais diversos argumentos. São tantas as regalias que fica fácil apontar o dedo para os agraciados. Difícil é admitir nossos próprios privilégios.

A entrega da declaração do Imposto de Renda é uma ótima oportunidade para cada um de nós, brasileiros "de classe média", se reconhecer como parte da elite do país e refletir sobre as injustiças de um Estado que nos trata indevidamente tão bem.

Embora reclamemos que pagamos 27,5% de IR (o que já não é verdade, pois esta é a alíquota máxima e incide apenas sobre parte dos rendimentos), a realidade está longe de ser essa.

Falo por mim. Este ano, eu e minha esposa pudemos abater no IR nossas contribuições para a **previdência complementar**.

Também entraram no cômputo das deduções todas as despesas que nossa família teve com plano de saúde privado, médicos particulares, psicólogos e dentistas. As mensalidades da escola particular de nossos filhos também reduziram a base de cálculo do imposto final, ainda que neste caso haja um limite definido pela legislação.

Existem muitas justificativas para recebermos esse cuidado especial das normas tributárias.

O incentivo para a **previdência complementar** destina-se a estimular a poupança de longo prazo, tendo em vista que, por mais que no futuro tenhamos que pagar o IR sobre os saques do valor acumulado, a diferença ao longo do tempo é uma baita vantagem individual.

No caso das despesas médicas e de educação, o

Estado compensa a "classe média" por ter que contratar no setor privado serviços que são obrigação do Estado prestar, mas a qualidade é muito ruim.

O peso dessas deduções pode ser conferido por cada um em sua declaração do IR. No canto inferior esquerdo da tela principal do aplicativo da **Receita Federal** e também na ficha "Cálculo do Imposto", é informado o valor da "alíquota efetiva" do IR pago. Trata-se da razão entre o imposto devido (calculado após deduções) e o total dos rendimentos tributáveis. No meu caso, a alíquota efetiva foi de 14,75%, bem abaixo dos 27,5% que a maioria de nós acredita pagar.

Olhando para nosso próprio umbigo, as deduções podem até fazer sentido. Na maioria das vezes, contudo, perdemos de vista que ao usufruirmos desses benefícios que o Estado nos dá, nos tornamos cúmplices da deterioração dos serviços públicos para aqueles que mais precisam deles.

As deduções do IR relativas a planos de saúde e profissionais da área médica retirarão dos cofres públicos R\$ 24,5 bilhões em 2023, segundo prevê a **Receita Federal**. No caso das despesas com educação privada para titulares e dependentes, serão outros R\$ 5,4 bilhões.

Se esses valores chamam a atenção pelo seu montante total, a distorção fica ainda maior quando se constata o que representam como um todo.

Segundo cálculos do Boletim Mensal sobre os Subsídios da União, do antigo Ministério da Economia, em 2017 o que a União deixou de arrecadar com os descontos de despesas médicas no Imposto de Renda da "classe média" representou 13% de todos os gastos do Ministério da Saúde com o SUS naquele ano.

De uma certa forma, portanto, a legislação me torna responsável pelo subfinanciamento do SUS. Os pagamentos que minha família fez com tratamento médico e odontológico e são abatidos do nosso Imposto de Renda contribuem para o tratamento médico e odontológico que a maioria da população pobre terá em quantidade e qualidade bastante inferiores.

Mas devo admitir que meus privilégios no Imposto de

Renda deste ano não param aí.

Aproveitando a generosidade da legislação brasileira, há quatro anos a maior parte dos trabalhos que eu faço é paga por meio de uma pessoa jurídica que abri em meu nome.

Por meio desse artifício perfeitamente legal, pago uma alíquota diferenciada de **tributos** sobre meus rendimentos e ainda conto com a isenção do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos.

Como sobre o grosso do que eu recebo não incide o IRPF, o cálculo da alíquota efetiva na declaração para a **Receita Federal** está superestimado. Se eu somar aos meus rendimentos totais os lucros e dividendos auferidos como "pejota", eu paguei em 2022 efetivamente 9,2% da minha renda total - ou seja, um terço dos ditos 27,5% que acreditamos ser tributados.

O Ministério da Fazenda promete para ainda este ano uma segunda fase da **reforma tributária**. Nela, pretende-se fazer uma completa reformulação de benefícios como a dedução de despesas médicas e de educação e a isenção de lucros e dividendos.

Num país tão desigual como o Brasil, é mais do que justo eliminar privilégios como os presentes na minha declaração de Imposto de Renda - e muito provavelmente na sua também.

Bruno Carazza é mestre em economia e doutor em direito, é autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras E-mail [bruno.carazza@gmail.com](mailto:bruno.carazza@gmail.com)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187560>



# Lira se irrita com a falta de articulação política do governo

*Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília*

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), está irritado com a falta de articulação política do governo no Congresso e avisou aos responsáveis pela área que, agora que está aprovado o novo marco fiscal, a única pauta do governo a que irá se dedicar é a **reforma tributária**. "Matéria de país eu tenho dever institucional de tocar, mas matéria de governo quem tem que cuidar é o líder do governo", afirmou Lira a três governistas que são seus aliados e relataram a conversa ao Valor.

Ele tem se queixado aos deputados que o sistema de negociação política com os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Casa Civil, Rui Costa, "simplesmente não existe".

Há incômodo generalizado na Câmara (e também no Senado) porque o acordo fechado para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) da Transição em dezembro, que garantiu R\$ 145 bilhões para o governo gastar este ano, não foi integralmente cumprido e apenas parte das verbas do extinto orçamento secreto foi repassada para as bases eleitorais dos congressistas e outra parte está travada no Executivo.

Os deputados descontentes, reeleitos e não eleitos, estão reclamando com Lira e com os líderes de partidos pela não liberação dos recursos enquanto são pressionados a votar matérias de interesse do Executivo. Lira comentou num almoço esta semana com outros deputados que, a partir da aprovação do arcabouço, a pressão "deve ficar nas costas do governo". "Não posso ficar na frente de 100% da insatisfação dos deputados e assumir essa responsabilidade porque daqui a pouco eles vão estar insatisfeitos é comigo", justificou.

Nesse contexto de desgaste com os responsáveis pela negociação política do Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se tornou o principal interlocutor de Lira junto ao governo. A postura de diálogo foi elogiada, assim como os acordos feitos para envio, por exemplo, das mudanças nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** por meio de um projeto de lei, e não mais por medida provisória (MP). Um petista muito próximo ao presidente da Câmara diz que

Haddad soube entender que precisaria atuar diretamente com Lira para aprovar suas matérias, sem depender da articulação política do Palácio do Planalto.

O projeto do novo marco fiscal teve articulação pesada do presidente da Câmara. Ele indicou um aliado para construir um "texto médio", que representasse o sentimento da maioria dos deputados "sem extremismos", e negociou diretamente com os partidos para que não fizessem emendas, o que causou revoltas em algumas bancadas. Foi, nas palavras de um aliado dele, o "último projeto entregue de bandeja" para o governo Lula e a partir de agora a pauta representará mais os interesses de outros grupos da Câmara, como a bancada ruralista, com a provável aprovação esta semana da proposta que estabelece um marco temporal para demarcação das terras indígenas.

A postura mais incisiva de Lira para um projeto de interesse do governo só deve ocorrer agora com a **reforma tributária** - "que é um texto de Estado". Ele promete votá-la antes do recesso e o placar a favor do novo arcabouço, de 372 votos a favor, animou os defensores do projeto. Para o relator da reforma, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), isso ajuda muito.

"Mostrou que, nos projetos de interesse do país, há muita união." O líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PR), acredita que o modelo de negociação do novo marco fiscal deve ser replicado na reforma.

"Há uma confiança construída entre os líderes desde a composição da Mesa Diretora que ajudará nessas negociações. O ambiente está muito propício", disse. Para ele, temas como a simplificação de **impostos** e combate à sonegação terão amplo apoio no Congresso.

Outros deputados, contudo, veem a questão com ressalvas porque o arcabouço gerava pressões apenas do mercado financeiro, enquanto a **reforma tributária** mexerá com a vida de toda a população, empresas e entes federativos. Além disso, mesmo os petistas avaliam que a base aliada continuará desorganizada e já admitem, nos bastidores, que foi um erro acabar com o orçamento secreto. No final, esses recursos se transformaram em emendas impositivas, que hoje estão em volume muito maior do



que o governo tem condições de rivalizar com verbas dos ministérios.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187560>

# Importação de encomenda de pequeno valor cai 20% em abril

**Adriana Mattos**

As vendas de grupos estrangeiros de comércio on-line podem ter começado a se desacelerar no país pelo receio dos consumidores terem suas remessas barradas na aduana por causa da maior fiscalização. Esse movimento já tem gerado ambiente um pouco mais positivo para ações de varejistas locais na B3 nas últimas semanas.

Na sexta-feira, o Banco Central publicou informações sobre a balança comercial de bens em abril, e relatou que as importações de pequeno valor por meio de encomendas internacionais totalizaram US\$ 701 milhões no mês passado, uma queda de 20% sobre os US\$ 878 milhões de abril de 2022.

É o primeiro recuo, na comparação anual, desde maio de 2020, segundo relatório da área de análise do Santander, publicado na sexta-feira, e que aborda o tema.

Em relação à média mensal de 2023, a retração é de 11%.

Ainda é o número mais baixo para um mês desde fevereiro de 2022, calculou o Valor com base no histórico de dados do Banco Central. As informações sobre remessas internacionais com valores mais baixos passaram a ser incluídas nas publicações da instituição em agosto de 2021, mas há dados retroativos. Não dados específicos sobre as faixas de preços analisadas.

Os números passaram a ser contabilizados pelo BC depois do "boom" de importações dessas mercadorias ao país, especialmente oriundas da China, após a pandemia.

Relatórios de analistas de bancos mostram que as maiores plataformas estrangeiras no país, em visitas de clientes, são, nesta ordem, Mercado Livre, Amazon, Shopee, Shein e AliExpress, sendo que as três últimas tem operação baseada na Ásia, região responsável por 70% das remessas internacionais de baixo valor ao país.

A equipe de analistas do Santander afirma que há algum impacto no número da piora do ambiente de consumo neste ano, mas entende que o declínio está

provavelmente ligado "às crescentes preocupações dos consumidores se os seus produtos podem ser tributados ou não, já que o governo brasileiro agora está sendo mais claro sobre as mudanças nas compras transfronteiriças", escreveu.

No começo de abril, Ministério da Fazenda e **Receita Federal** chegaram a anunciar o fim da isenção de **impostos** em remessas abaixo de US\$ 50, entre pessoas físicas (nos casos em que não há uma operação de compra e venda, como em envio de presentes).

Isso gerou uma forte reação contrária de consumidores nas redes sociais e levou o presidente Lula a voltar atrás da decisão.

A intenção era reduzir o volume de "contrabando digital", já que essa é a faixa de preços em que se concentra parte das remessas internacionais que fraudam valores para evitar pagamento de imposto (de 60% sobre o valor do envio no caso do comércio eletrônico).

Nas últimas semanas, consumidores já têm feito reclamações na próprias plataformas on-line sobre as devoluções e demora maior na entrega de produtos, frente ao ano anterior.

No site Reclame Aqui, cerca de 70% das reclamações de um ano para cá se concentram nos últimos seis meses, e o tópico principal é atraso de pedidos. Na Shopee, nos últimos seis meses, logística e entrega é a segunda maior reclamação.

"As informações que temos é que Receita e Correios já vêm trabalhando com rigor maior na liberação das mercadorias, depois de todo o alvoroço causado em abril. A desconfiança é que pode ser uma espécie de teste das novas regras de desembaraço válidas após julho", afirma uma pessoa a par das negociações de varejistas on-line com o governo.

A partir de 1o de julho, segundo normativa publicada pela Receita em dezembro, os Correios passarão a receber dados, por parte das plataformas, de todas as remessas internacionais, e repassarão essas informações à Receita, para apertar o controle sobre envio de mercadorias.

Esse cenário se desenha em meio à necessidade das plataformas estrangeiras melhorarem sua rentabilidade global, explorando mercados com maior potencial, como o Brasil, e revendo despesas.

Em abril, já com as remessas perdendo fôlego no país, e no auge da crise causada pelo anúncio do governo sobre a taxaço, a Shein anunciou plano de nacionalização, com tratativas iniciais para produção em contrato de parceria com a Coteminas.

A Shopee, que implementou um plano de reestruturação global após o fim do ano passado, fechou operações em certos países, cortou custos e fez demissões, na busca de uma melhora de resultados. No Brasil, bancos estimam que a Shein fature entre R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões anuais e a Shopee, de R\$ 13 bilhões a R\$ 15 bilhões.

A equipe do Santander, liderada pelo analista Ruben Couto, ainda ressalta que a existência de discussões sobre antecipar a cobrança dos **impostos** de importação para o ato da compra - conforme antecipou o Valor na semana passada - deve levar a um aumento do valor final ao consumidor.

Isso pode trazer "ventos contrários contínuos para empresas como Shein, Shopee e AliExpress, impactando positivamente as empresas locais", especialmente as varejistas de vestuário. Essa discussão já teria melhorado o humor de investidores em relação a papéis de varejistas como C A e Riachuelo (subiram 62% e 12% em um mês, respectivamente).

Ações de varejistas locais sobem em meio a discussões sobre tributação das compras on-line do exterior

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230526/>

# CVM e empresas cripto debatem blockchain padrão

**Ricardo Bomfim**

Startups de criptoativos e tokenizadoras, incluindo a Liqi e o Mercado Bitcoin (MB), procuraram a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para discutir a possibilidade de criação de uma única "blockchain" padrão para todas as tokenizações de ativos que forem feitas no país.

As tratativas são ainda preliminares e envolvem diferentes caminhos.

Essa rede seria monitorada pela autarquia, o que, em tese, facilitaria a regulação e reduziria a complexidade deste mercado, que hoje é caracterizado por uma miríade de ativos criados em redes diferentes que não se conversam.

Foco da maioria dos bancos que estão entrando no mundo dos criptoativos, a tokenização significa inscrever um ativo em blockchain via contrato inteligente para certificar sua propriedade, garantir de forma automática a entrega versus pagamento (DvP em inglês) e uma liquidação de maneira programada, retirando intermediários do processo. O mecanismo também traz o benefício do fracionamento de ativos hoje inacessíveis à maioria dos investidores.

Daniel Coquieri, CEO da Liqi, defende que a CVM siga o caminho de centralização e de padronização encampado pelo Banco Central, que está construindo uma moeda digital, sistema de depósitos e infraestrutura para negociar títulos públicos em blockchain permissionada - protocolo que permite um controle e o poder de veto a algumas operações, diferentemente de redes descentralizadas como o bitcoin. "Se você cria 20 blockchains, cada um tokenizando à sua própria maneira, isso vira um problema. O mercado de capitais precisa de uma blockchain permissionada padrão para os ativos serem tokenizados", diz Na avaliação do empresário, a falta de padronização dificulta o trabalho do regulador, torna o sistema mais complexo para o consumidor e reduz a segurança do negócio de tokenização como um todo, pois cada tokenizadora depende da credibilidade e sustentabilidade de uma blockchain diferente.

A maneira de se criar essa blockchain padrão, no entanto, está longe de ser uma unanimidade no setor.

Para Reinaldo Rabelo, CEO do MB, faz sentido permitir que o regulador proceda com as verificações necessárias em uma rede padrão, mas criar uma blockchain separada daquela que o BC já está desenvolvendo no âmbito do real digital não seria a melhor solução.

"Não deveria existir uma rede permissionada da CVM, outra do BC e outra da **Receita Federal**", afirma.

Rabelo afirma que a CVM já está, por meio de testes, verificando a viabilidade de algumas redes para casos de aplicação, mas o órgão regulador não teria demonstrado interesse em controlar uma rede própria. "A CVM está muito mais preocupada em regras prudenciais e de segurança.

Se ela estabelece uma regra, os bancos e corretoras precisam correr atrás para resolver e responder se e como vão cumprir com esses requisitos. Nunca foi do perfil da CVM construir sistemas, algo que sempre ficou a cargo do Banco Central." Coquieri reconhece essa limitação do regulador, que não teria recurso ou mão de obra para construir um protocolo de blockchain.

"Queremos ajudar a CVM a construir uma blockchain para o mercado de capitais", diz.

Na avaliação do presidente da Liqi, é justo que as empresas do mercado de criptoativos não queiram que um concorrente seja dono de um protocolo que todas as outras empresas seriam obrigadas a usar para tokenizar um ativo. "Não pode ser uma blockchain da Liqi, da BEE4 ou do MB, por exemplo. A rede não pode ser de uma companhia só", ressalta. "Precisamos de uma blockchain permissionada e regulada, mas os agentes privados podem ajudar a construir uma rede para o mercado."

Procurada pelo Valor, a CVM diz, em nota, que "está atenta" à possibilidade de construção de uma blockchain padrão para quem quiser tokenizar ativos no Brasil. "A autarquia é receptiva às novas tecnologias que contribuem e influenciam positivamente a evolução do mercado de valores mobiliários, tornando o segmento ainda mais democrático e inclusivo, o que temos chamado de Open Capital Market. Em um ambiente de constante

transformação, com tecnologias disruptivas, a CVM entende que a adoção da inovação deve ser feita como uma forma de ampliação de horizontes e oportunidades, em convergência com a legislação e as regras em vigor."

Fernando Carvalho, CEO da Vórtx QR Tokenizadora, por sua vez, diz que é conceitualmente favorável a se escolher uma blockchain só para todas as tokenizações de ativo no Brasil, porém acredita que usar uma blockchain pública já estabelecida seria uma solução melhor do que seguir o caminho do BC e optar por uma rede permissionada. "A blockchain permissionada traz um benefício de segurança, mas as redes descentralizadas dão maior confiança de que não serão alteradas, pois não há um agente central que possa mudar as regras do jogo", disse. "Eu preferiria uma rede pública. Ela tem segurança, descentralização e imutabilidade."

Por outro lado, há quem se oponha firmemente à padronização. Rodrigo Batista, fundador da Átris, defende a livre concorrência entre protocolos como a maneira mais eficiente de desenvolvimento deste mercado. "Padronizar é escolher a priori um vencedor. Não acho ruim ser despadronizado, gosto de poder escolher a tecnologia que usarei para tokenizar um ativo", diz. Para ele, o mundo dos criptoativos é recente demais para que haja qualquer certeza sobre qual é o melhor modelo de blockchain.

"Se você cria 20 blockchains, isso vira um problema; precisa ter padrão"

Daniel Coquieri

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20230526/>

# Fisco edita norma sobre ajuda de custo do home office

**Beatriz Olivon e Arthur Rosa**

A **Receita Federal** reforçou o entendimento de que as empresas não precisam incluir os gastos de seus funcionários com internet e energia elétrica no home office na base de cálculo das contribuições previdenciárias e do Imposto de Renda (IRPF). Porém, sem esclarecer ainda o que vale para a comprovação desses valores, dificultando, na prática, segundo tributaristas, a aplicação desse benefício.

A questão é novamente tratada na Solução de Consulta nº 87, publicada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que orienta os fiscais de todo o país. A norma, editada em meio a um movimento de retomada do trabalho presencial - ainda que parcial -, reforma texto anterior, de nº 63, de dezembro de 2022.

Na nova solução de consulta, a **Receita Federal** afirma que a anterior, ao tratar tais verbas como ganhos eventuais, não trouxe o entendimento mais adequado, tendo em vista que ganhos eventuais devem ser compreendidos como verbas que não são pagas habitualmente ao trabalhador.

"Os valores pagos a título de ressarcimento de despesas arcadas pelos empregados com internet e consumo de energia elétrica, em decorrência da prestação de serviços no regime de teletrabalho, são verbas pagas com habitualidade, pelo menos enquanto durar essa modalidade de prestação de serviços, por isso, não podem ser enquadrados como ganhos eventuais e sim, como ajuda de custo", diz a **Receita Federal**.

A solução de consulta de 2022 foi a primeira manifestação do órgão sobre a tributação de insumos para o teletrabalho. No texto, a Receita já havia afirmado que os valores pagos deixariam de ser devidos se o trabalhador voltasse ao trabalho presencial. Teriam, portanto, de acordo com o órgão, caráter indenizatório, não integrando a remuneração pelo trabalho.

No novo texto, a Receita reforça essa necessidade de comprovação, sem, contudo, esclarecer o que pode ser apresentado pelas empresas. O texto trata apenas "documentação hábil e idônea", que vale também para a dedução dessas despesas na determinação do lucro

real.

A título de comparação, a Receita cita na solução de consulta a também exigência de comprovação para as despesas por uso de veículo do empregado e para o reembolso-creche. Para o órgão, deve-se "aplicar a mesma lógica aos valores pagos aos empregados com a finalidade de ressarcir as despesas arcadas por eles em decorrência da adoção do regime de teletrabalho".

No texto, a Receita trata esses valores como despesas operacionais, dedutíveis do lucro real, para fins de apuração do IRPJ. "Tendo relação com a atividade da empresa e à manutenção da fonte produtora, podem [esses valores pagos aos empregados] ser considerados operacionais", afirma.

A solução de consulta foi proposta por uma empresa que atua na fabricação de refrigerantes e refrescos e no comércio atacadista de bebidas. Por causa da pandemia da covid-19, adotou o regime integral de home office para alguns dos empregados.

A empresa questionou a Receita em razão do pagamento de uma ajuda de custo mensal, em valor fixo apurado com base na média de gastos, para cobrir as despesas de internet e energia elétrica durante o expediente de trabalho.

Para advogados, com essa nova solução de consulta continua difícil, para as empresas, comprovar a finalidade dos valores recebidos pelos empregados. "A **Receita Federal** não trouxe nenhum esclarecimento adicional sobre como deveria ser comprovada a ajuda de custo", diz Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

Segundo a advogada, esse ponto não estava claro desde 2022 e poderia ter sido esclarecido na nova manifestação. "Entendo que o que a empresa precisa comprovar é a motivação do pagamento da ajuda de custo." Na prática, afirma a tributarista, a dúvida das empresas é se precisam apresentar os recibos de pagamentos das contas de luz e internet dos empregados ou se podem apresentar um estudo ou alguma comprovação mais genérica.

O advogado Caio Cesar Nader Quintella, sócio da área tributária de Ogawa, Lazzerotti Baraldi Advogados, diz que essa comprovação, exigida pela

Receita, é difícil porque a prova do gasto direto é do funcionário, que, por sua vez, tem que passar a documentação para a empresa.

"A solução vai ser, na verdade, condicionar o funcionário ao recebimento do ressarcimento somente se ele trazer para a empresa a prova dos gastos com luz e internet", afirma o advogado.

"No fim, e na prática, vai ser responsabilidade do empregado."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230526/>



# Malha fina do IRPF já tem 2 milhões de contribuintes

Prazo acaba na quarta, mas número já foi divulgado pela Receita porque consulta ao primeiro lote está disponível desde o dia 24

Brasília - Mais de 2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) já estão na malha fina. Segundo a **Receita Federal**, dos 32,4 milhões de documentos entregues até as 21h36min de sábado, mais de 6% ficaram retidos. Para receber a restituição, caso esteja neste primeiro lote a ser pago no dia 31, mesmo dia do prazo final da entrega, o contribuinte precisa fazer a correção. O prazo termina especificamente às 23h59min desta quarta-feira, e a expectativa é que 39,5 milhões de documentos sejam encaminhados até o fim do período. Declaração após a data limite resultará em multa mínima de R\$ 165,74.

"Temos 6,45% de declarações entregues com algum parâmetro de malha fiscal", detalhou o Fisco em nota. O contribuinte não receberá a restituição enquanto sua declaração estiver em malha fiscal. Para saber se há algum tipo de retenção é possível conferir a situação na página da Receita em [www.gov.br/receitafederal](http://www.gov.br/receitafederal), clicando em "Meu Imposto de Renda". A página apresenta orientações e canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou completa da situação por meio do extrato de processamento, acessado no e-CAC.

Caso o contribuinte identifique alguma pendência na declaração, pode retificá-la, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas. É possível corrigir e até alterar todos os dados informados, entre estes renda, bens e dívidas, assim como incluir pagamentos feitos a médicos ou a outros profissionais que tenham sido esquecidos, por exemplo, além de incluir ou excluir dependentes. A correção é simples e deve ser feita no próprio programa de entrega da declaração, por meio da "retificadora".

Até o último dia do prazo da entrega, no dia 31, a **Receita Federal** permite até mesmo a mudança do modelo utilizado para declarar. Omissão de rendimentos, omissão de rendimentos de dependentes, despesas médicas não confirmadas e informação divergente de retenção na fonte são os erros mais comuns verificados nos documentos retidos.

**Site:**

[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo  
/?flip=acervo](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo)

# Imposto devido pode ser doado a projetos sociais

A dois dias do fim do prazo para a entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2023, uma das atenções da **Receita Federal** se volta para a possibilidade de doações para projetos sociais cadastrados a fundos de direito municipais, estaduais e federal. A preocupação faz sentido. No ano passado, a campanha de destinação para esse tipo de projeto totalizou R\$ 278 milhões, apenas 2,89% dos R\$ 9,65 bilhões que poderiam ser revertidos por pessoas físicas para organizações como Giral, do município de Glória do Goitá, e Em cena, no Recife.

Voltada para a formação integração de crianças, adolescente e jovens, a Giral realiza cursos em áreas como teatro, dança, música, tecnologia e meio ambiente. Segundo o presidente da organização, Leonildo Moura, as doações de pessoas físicas e jurídicas, por meio de fundos, institutos e fundações de apoio às organizações sociais tem sustentado os projetos. "Para 2023 e 2024, a ONG tem tentado fazer parcerias com empresas que queiram fazer a destinação de seu imposto de renda, via fundo da infância ou do idoso, contribuindo com a criação de oportunidades para este público", disse.

As doações serão bem-vindas para a Em Cena, que se mantém graças a bazares, editais, parcerias com brechó e doações diretas. "Temos tentado atrair mais doações por meio das redes sociais, entre os amigos da equipe de trabalho e embaixadores, que são pessoas que ratificam o nosso trabalho", explicou a presidente Maria Edeltrudes. Apesar do esforço, ela diz que as doações não seja suficiente para as despesas.

Valor do

IR não aumenta

A Receita explica que este tipo de ação do contribuinte não aumenta o valor do imposto devido, não repercutindo em aumento do imposto a pagar; nem reduz o montante a ser devolvido pela **Receita Federal**, no caso de quem tem restituição a receber. "Ou seja, não há custo nenhum, pois o valor doado/destinado já está dentro do imposto devido pelo contribuinte."

Em 2022, R\$ 278 milhões foram doados a entidades

**Site:**

**<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/05/imposto-devido-pode-ser-doadado-a-projetos-sociais.html>**

# Motoristas autônomos têm 40% de desconto no IR

Os motoristas de aplicativo e taxistas autônomos têm direito, pela legislação, a descontar 40% de seus rendimentos na hora de calcular os ganhos registrados como tributáveis no Imposto de Renda da Pessoa Física. O prazo final para enviar a declaração termina na próxima quarta-feira. O benefício foi lembrado por José Carlos da Fonseca, supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, segundo a Agência Brasil.

"Esses 40% são incluídos como se fossem as despesas que ele precisa ter", disse o supervisor, ao destacar que o benefício foi inserido na legislação para compensar gastos dos motoristas com manutenção do veículo, gasolina, pneus, limpeza, entre outros. "Essa é uma fórmula para aqueles profissionais que não são empresa, nem MEI [Microempreendedor Individual]", frisou Fonseca.

Ou seja, têm direito ao desconto somente os motoristas que não possuem CNPJ e, portanto, recebem pelas corridas como pessoa física, como é o caso dos motoristas de aplicativos como Uber e 99, bem como de alguns taxistas.

O motorista primeiro deve calcular se precisa apresentar declaração neste ano. Para isso, é necessário ter registrado todas as quantias recebidas em 2022. O desconto de 40% é aplicado sobre o total dessas receitas somadas. Se o valor restante (60% dos rendimentos) for maior do que R\$ 28.559,70, o profissional é obrigado a declarar o IR.

**OUTRA FONTE DE RENDA** Vale lembrar que se o motorista de aplicativo, por exemplo, tiver outra fonte de renda, ela entra integralmente na soma, sendo que o desconto de 40% deve ser aplicado somente sobre o valor recebido pelas corridas feitas.

Constatada a necessidade de declarar o IR 2023, o motorista deve recorrer ao chamado carnê-leão. A ferramenta faz o cálculo automático do imposto a ser pago de acordo com o rendimento de cada mês. Para isso, o profissional de transporte deve selecionar como ocupação a opção "Motorista e Condutor do Transporte de Passageiros". Na hora de preencher os valores recebidos, o profissional deve lembrar de descontar os 40%, conforme autorizado pela **legislação tributária**.

Se o carnê não foi preenchido ao longo do ano passado e caso haja imposto a pagar, será necessário emitir e quitar o Documento de Arrecadação Federal (Darf). Para cada mês de atraso no pagamento é cobrado juros de 1%, além de multa de 0,33% ao dia, limitada a 20% do imposto devido.

O carnê-leão pode ser acessado na página Meu Imposto de Renda, da **Receita Federal**.

O login pode ser feito por meio da plataforma Gov.Br. Uma vez logado, o motorista deve clicar na opção "acessar carnê-leão" e, em seguida, preencher as informações na tela.

É preciso ficar atento com o ano que consta no topo da página.

O IRPF 2023 se refere aos rendimentos recebidos ano passado, portanto deve ser escolhida a opção 2022 na hora de preencher o documento.

Ao preencher a declaração, deve constar como "Rendimento recebido de pessoa física" o valor equivalente a 60% das corridas do motorista autônomo. As informações podem ser importadas do carnê-leão. Os outros 40%, mesmo que isentos de imposto, também devem constar na declaração, sendo classificado como "Rendimento isento ou não tributável". O motorista autônomo precisa registrar qualquer outra fonte de renda, além dos bens e direitos que possui, assim como os demais contribuintes.

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/11212/29-05-2023.html>

# Mães negras e o mercado de trabalho - RACHEL MAIA

**RACHEL MAIA**

Como é de praxe gosto sempre de trazer reflexões sobre questões que me são muito caras, e por isso eu e Mariana Luz apresentaremos este texto. Após quase 28 anos de mundo corporativo, ainda realizo diariamente o teste do pescoço nas minhas andanças pelo Brasil e não vejo uma paridade em cargos de alta liderança ou de comando dentro do mercado de trabalho.

Também somos minoria nos empregos com carteira assinada, situação muito díspar em comparação com as mães não negras, drasticamente agravada após esses anos de pandemia.

Mesmo sendo elas as responsáveis pela maior parte dos lares com crianças -quase oito milhões de pessoas vivem em casas chefiadas por mulheres negras. No Brasil, 61% delas são mães solo e, se olharmos para a população que vive abaixo da linha da pobreza, esse percentual aumenta: cerca de 63% das casas são comandadas por essas mulheres, a maioria nas periferias.

A maior parte delas, infelizmente, não sabe o que é 13º salário, férias remuneradas, Fundo de Garantia ou seguro saúde. Uma grande parte nunca trabalhou com registro em carteira e, após anos de esforço, mal tem alguma contribuição junto ao **INSS** e é descartada dos empregos sem direito sequer ao seguro-desemprego.

Elas entram no mercado de trabalho informal antes de alcançar a maioridade, não chegando a concluir nem o ensino fundamental.

Afinal, não há opção de escolha, é trabalhar ou não ter o mínimo do mínimo para sobreviver.

No Dia do Trabalhador, feriado de 1º maio, muitas delas estavam no batente. No domingo de Dia das Mães, muitas também trabalharam.

É urgente a alteração desse quadro no qual mulheres negras, mães solo e que vivem em situação de vulnerabilidade são as que menos contam com a proteção e os benefícios do trabalho formal. Entendem que não é "mimimi" e, sim, reflexão necessária para transformar?

A efetividade das políticas públicas e o acesso a programas para moradia digna e sistemas de saúde e capacitação são fundamentais para as mães das periferias. Mas não podemos parar por aí. É preciso ter ações que criem oportunidades imediatas e estratégias de médio e longo prazos que retirem essas mulheres desse contexto -uma responsabilidade que não é só delas, mas da sociedade, que naturaliza a posição da mulher negra como base da pirâmide social.

Você sabia que quanto mais o Pantone da pele da mulher negra escurece, suas dificuldades aumentam em todos os aspectos, corporativo, afetivo etc.? Reflexões necessárias.

Há momentos críticos de intervenção para blindar a trajetória dessas mulheres desde antes de sua entrada na vida adulta. A educação reprodutiva e medidas focadas no combate à gravidez na adolescência são algumas delas. O levantamento mais recente da Plan International mostra que 74,1% das meninas mães no Brasil são negras. Uma gravidez indesejada interrompe o percurso dessa menina na escola e tira dela a oportunidade de ter acesso à educação - estratégia mais efetiva para romper o ciclo de pobreza intergeracional.

Políticas -públicas e privadas -que incentivem a contratação de mães solo ajudariam, mas é preciso mais. Medidas que ataquem a empregabilidade, mas não olhem de forma integrada para essas mulheres, serão paliativas. Afinal, tão importante quanto ter o trabalho é se sentir valorizada e ter perspectivas profissionais. Boa parte delas não tem formação educacional completa, uma das razões para que estejam na camada de maior vulnerabilidade social.

Para o poder público, há a tarefa de garantir cuidados urgentes e indispensáveis. A oferta de vaga em creche e pré-escola de qualidade é fundamental para o bem-estar da criança e a tranquilidade da mãe, que tem neste serviço o único suporte para poder sair e buscar o sustento.

Ao cuidar de quem cuida, garantimos às crianças as condições que elas precisam para crescer de forma saudável. Ao ter um trabalho que lhe dê segurança e condições de planejamento, a mãe passa a ter condições materiais e psicológicas de exercer a

maternidade com afeto e atenção às necessidades de seus pequenos.

Investir em ações para retirar essas famílias monoparentais da condição de pobreza extrema é resgatar a maior parte da população em estado de vulnerabilidade do país. É possível mudar a nossa trajetória de desigualdade histórica.

Ecada um de nós pode ter parte nisso.

Tive a oportunidade de construir este texto com o apoio da aliada Mariana Luz, mulher e CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, focada no apoio a crianças e mulheres pretas minorizadas, e Luciana Dias, mulher preta protagonista, advogada corporativa da RM Cia. e defensora das causas das mães pretas periféricas que necessitam de apoio jurídico.

E Marcia Maia, presidente, e Silvana Oliveira, líder social, do Instituto Capacita- Me, que capta e capacita as mães nas periferias.

#Juntas Somos Fortes

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Como carro da Tesla se tornou o mais vendido do mundo

**Artur Búrigo**

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta segunda-feira (29). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

Pela primeira vez na história, o carro mais vendido no mundo é elétrico: o Tesla Model Y ultrapassou no primeiro trimestre as vendas do Corolla, da Toyota, e foi o modelo com mais entregas no período.

Em números: o modelo mais popular da montadora de Elon Musk vendeu 267,2 mil unidades de janeiro a março, uma alta de 69% em relação ao mesmo período do ano passado.

O que explica: a disparada das vendas do Model Y foi impulsionada por uma decisão estratégica da Tesla, que rebaixou os preços das suas unidades no começo do ano, principalmente nos EUA e na China - os descontos chegaram a 15%.

Mais sobre a Tesla

Na última quinta (25), Elon Musk e Jim Farley, o CEO da Ford, anunciaram pelo Twitter um acordo para disponibilizar 12 mil estações de recarga rápida da Tesla para a rival americana.

A notícia vem após um acordo da montadora com o governo americano para habilitar uma parte de seus carregadores (que têm entrada específica) para outras fabricantes, em troca de subsídios.

A HDI Seguros, por meio de sua controladora Talanx Group, anunciou no sábado (27) a compra das operações da Liberty Seguros na América Latina por 1,3 bilhão de euros (quase R\$ 7 bilhões).

Em números: com a compra, a HDI anaboliza em cerca de 45% seu negócio na região e se torna a segunda maior seguradora do mercado brasileiro (excluindo vida e previdência), com base nos prêmios emitidos em 2022.

As duas empresas têm praticamente o mesmo tamanho. O negócio combinado chega a 6 milhões de clientes (3 milhões da HDI e 3 milhões da Liberty) e 48 mil corretores (25 mil da Liberty e 25 mil da HDI).

A expectativa no mercado pelo início do ciclo de baixa de juros no país já começou a aparecer na Bolsa e em ativos de renda fixa.

A Folha conversou com os analistas para saber onde estão as melhores oportunidades nesse cenário.

O que explica: apesar de haver divisões entre os analistas sobre quando a Selic efetivamente cairá, o cenário desanuviou nas últimas semanas, com dados de **inflação** abaixo do esperado e a aprovação do arcabouço fiscal na Câmara.

Na renda variável, a expectativa está sobre ações de consumo ligadas à economia doméstica e small caps. Essas empresas foram as que mais sofreram com a subida de juros e agora devem ser beneficiadas pela reversão do movimento.

Na renda fixa, a perspectiva melhora sobre os títulos pré-fixados, aqueles com uma taxa de rentabilidade já conhecida pelo investidor na hora da compra.

Mais sobre investimentos

Pressão sobre Marina, BC e regulação preocupa investidor estrangeiro.

O colunista Marcos de Vasconcellos explica como o avanço da produção de papelão ondulado no começo do ano ajuda a explicar uma expectativa mais positiva com a economia brasileira.

Se você está lendo esta newsletter na segunda, falta pouco mais de 48 horas para entregar a declaração do Imposto de Renda - o prazo encerra na quarta (31), às 23h59.

Está em dúvida se precisa declarar? Tem que acertar as contas com o leão quem recebeu rendimentos tributáveis em mais de R\$ 28.559,70 em 2022. Há ainda outras regras, sobre rendimentos, ganho de capital, operações em Bolsa. Veja todas aqui.

Deve declarar, mas deixou para a última semana? É melhor agilizar, porque quem perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. Se não tiver muito tempo, é melhor mandar a declaração incompleta para fugir da cobrança.

Separamos algumas dicas para facilitar seu trabalho:

1- Tenha pelo menos os documentos dos seus rendimentos tributáveis e dos dependentes , principalmente os salários recebidos, pagamento de Carnê-leão (autônomos) e dados do **INSS** (aposentados ou pensionistas).

2 - Opte pela declaração pré-preenchida:

3 - Conferiu a pré-preenchida, mas ainda tem mais a declarar?

Já enviou a declaração?

**Site:**

***<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/como-carro-da-tesla-se-tornou-o-mais-vendido-do-mundo.shtml>***

# Sem receita, Estados preveem reajuste

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Num cenário de queda de receita, os governadores estão com uma folga menor no Orçamento para conceder aumentos salariais aos servidores neste ano. A conjuntura atual é bem diferente da observada em 2022, quando todos os Estados e o Distrito Federal aprovaram reajustes para os funcionários públicos.

Um levantamento realizado pelo Estadão mostra que, ainda assim, 12 Estados e o Distrito Federal encaminharam ou já aprovaram projetos para reajustar de forma linear o salário do funcionalismo - das 27 unidades da Federação, 24 responderam à consulta da reportagem. Em geral, os aumentos têm acompanhado a **inflação**.

## CONTEXTO DESFAVORÁVEL.

Desde o fim do ano passado, as contas públicas estaduais têm sido pressionadas por uma combinação desfavorável. A arrecadação está em queda - no acumulado de 12 meses até março, o recuo é de 4,1% - e, por outro lado, os gastos cresceram diante dos aumentos salariais concedidos no ano passado.

"A despesa com pessoal vem subindo desde o ano passado, quando o reajuste médio (no salário dos servidores) foi de 12%, o que começou a pressionar as contas dos Estados", afirma Ítalo Franca, economista do banco Santander.

Em 2023, há um fator adicional de pressão, o piso do magistério.

O reajuste foi definido pelo governo federal em janeiro, mas impacta em grande medida os cofres estaduais. "Em alguns Estados, o piso nem entrou em discussão porque o espaço é limitado", diz Franca. Policiais e professores formam grande parte da folha de pagamento dos governos estaduais.

Em alguns casos, os aumentos podem se tornar um problema para a sustentabilidade das contas públicas. "Corre-se sempre o risco de repetir os erros do passado", diz Pedro Schneider, economista do Itaú.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Juízes deveriam se dar conta dos próprios privilégios (Editorial)

São extremamente oportunas as críticas recentes de ministros do Supremo Tribunal Federal à exorbitância que o Estado brasileiro gasta com o Judiciário. Se os próprios juízes da mais alta Corte começam a sentir vergonha dos privilégios inaceitáveis que a magistratura usufrui num país desigual como o Brasil, é sinal de que ainda existe uma chance de algo mudar para melhor.

No julgamento do ex-presidente Fernando Collor, o ministro Gilmar Mendes sugeriu o fim das férias de 60 dias para juízes, uma das vantagens mais descabidas -e mais defendidas -da categoria. Enquanto dezenas de milhões de brasileiros (inclusive funcionários públicos) gozam um mês de descanso, juízes desfrutam dois. A regalia permite que aumentem o próprio salário vendendo parte dos dias, sob a alegação de sobrecarga de trabalho.

Outra manifestação contra as benesses do Judiciário veio da ministra Rosa Weber, presidente do STF. Ela lamentou, no desfecho do julgamento de um juiz acusado de assédio sexual, que a pena disciplinar máxima dos juízes seja a aposentadoria compulsória. "Lamento que nossa legislação assegure vencimentos ou subsídios proporcionais ao tempo de serviço", afirmou. Essa "punição", prevista na Lei Orgânica da Magistratura em vigor desde 1979, é defendida com afinco pela corporação e seus aliados em Brasília.

A última investida do lobby da toga é a tentativa reiterada de aprovar no Congresso uma emenda à Constituição restaurando a promoção automática a cada quinquênio que vigorava até 2006. Se prosperar, será uma ignomínia sem igual. Juízes e procuradores já são as categorias mais privilegiadas do funcionalismo, cujo salário médio as coloca entre os 2% de maior renda no Brasil. "A partir dos anos 1990, as remunerações do Judiciário assumem trajetória de aumento bem superior aos demais Poderes", afirma estudo do Ipea que esmiuçou as regalias em 2019.

Em 24 estados, só o vale-refeição de juízes supera o salário mínimo. Embora seus vencimentos sejam legalmente o teto do funcionalismo, os magistrados são os primeiros a rompê-lo. Mais de 8 mil já receberam remuneração igual ou superior a R\$ 100 mil pelo menos uma vez desde 2017. Eles são um terço dos que recebem supersalários acima do teto constitucional. São inúmeras as exceções criadas para

contornar o limite. Não são computados, para efeito do teto, os auxílios transporte, moradia, refeição, paletó e saúde, 13º salário, serviços extraordinários, pagamento de férias atrasadas etc.

Por desfrutar tais privilégios, cada juiz custou aos cofres públicos mais de R\$ 60 mil mensais em 2021, segundo o último relatório do Conselho Nacional de Justiça. O Brasil tem a Justiça mais cara do mundo, de acordo com estudo dos pesquisadores Luciano Da Ros e Matthew Taylor. Judiciário e Ministério Público consomem anualmente 1,8% do PIB (só o Judiciário custou 1,2% do PIB em 2021). Isso equivale a 11 vezes o custo espanhol, dez vezes o argentino e nove vezes o americano.

Não se põe em questão o trabalho do Judiciário, mas seu custo estratosférico, inflado por regalias como as férias de 60 dias ou a "punição" com aposentadoria compulsória. Por isso é mais que bem-vinda a reação dos ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber. Que sirvam para chamar a atenção para distorções que já deveriam ter sido corrigidas faz tempo -e são usadas contra o Judiciário pelos inimigos da democracia.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PIB forte no 1º tri, mas fraco no resto do ano

**ROSANA HESSEL**

As surpresas positivas na atividade econômica no início deste ano devem resultar em um bom desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) do 1º trimestre de 2023, que será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira. As apostas de analistas ouvidos pelo Correio indicam que o crescimento do **PIB** na margem (em relação aos três meses anteriores) deverá ficar entre 1,1% e 1,4%, acima da mediana das projeções do mercado em janeiro, de 0,8%.

Com isso, o dado trimestral do indicador de riquezas produzidas pelo país, do IBGE, vai apresentar uma boa recuperação em relação à queda de 0,2% do último trimestre de 2022, puxado, principalmente, pelos bons resultados do agronegócio, além dos estímulos fiscais que turbinaram o novo Bolsa Família, ajudando a aumentar o consumo da população mais pobre. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve tentar capitalizar politicamente esse dado positivo da economia em uma semana bastante tumultuada no Congresso Nacional. Por conta das pressões do Centrão, o governo corre o risco de perder várias pastas da nova estrutura ministerial se falhar na articulação política no Congresso.

No entanto, especialistas recomendam cautela na comemoração, porque esse desempenho mais robusto do **PIB** é nada menos do que um "voo de galinha", porque não deverá se repetir no restante do ano. Segundo eles, na melhor das hipóteses, a atividade econômica fica estagnada ao longo de 2023, ou seja, vai andar de lado, diante de um cenário de desaceleração global, com risco até de recessão.

"Existe um vento contrário vindo do aperto do crédito e dos juros altos que deve provocar um tranco na economia pelo lado dos bens de consumo. No fundo, o preço das commodities está caindo, o que, historicamente, resulta em um **PIB** mais fraco. O Brasil é uma grande fazenda e uma mineradora e, como o mundo vai crescer menos, isso é um drive para puxar o **PIB** para baixo", destaca Marco Caruso, economista-chefe do Banco Original. Ele prevê recuo de 0,7% no **PIB** do segundo trimestre e ressalta que o consumo de bens e serviços dependerá da renda e do crédito, "que são sensíveis aos juros que estão em patamares mais altos".

Como Lula sabe bem desse cenário nada animador que se aproxima, escolheu o Banco Central para jogar

a culpa desse baixo crescimento, enquanto já começa a enfrentar resistência do Centrão no Congresso para aprovar as mudanças. Para analistas, a queda da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, deverá ocorrer a partir de agosto ou setembro, mas se o governo não resolver aumentar de 3% para 4% a meta de **inflação** na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de junho. A manutenção dos juros no atual patamar ainda não é descartada por bancos estrangeiros, como o BNP Paribas.

De acordo com os analistas, sem o ótimo resultado do agronegócio, o **PIB** de janeiro a março crescerá muito pouco neste ano. Pelas projeções do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que prevê avanço de 10,7% da agropecuária na margem, sem a agropecuária, o **PIB** do primeiro trimestre crescerá 0,3% em vez de 1,2%. Eles ainda demonstram preocupação com o fato de que, ao mesmo tempo que Lula não cessa as críticas aos juros elevados e ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, o mandatário começa a meter os pés pelas mãos ao anunciar pacotes mal estruturados, a toque de caixa. É o caso do subsídio para a indústria automobilística que sequer tem fonte de receita em um Orçamento com contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão -, mesmo com ampliação da previsão de rombo fiscal de R\$ 107,6 bilhões para R\$ 136,2 bilhões, ou seja, 1,3% do **PIB**.

Riscos Na avaliação de analistas, diante de novos gastos que estão sendo criados pelo governo, é provável que a recente melhora na curva futura de juros devido à tramitação do novo arcabouço fiscal seja temporária. O consenso entre as projeções de analistas, que se alinham com a estimativa da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, é que o governo não conseguirá zerar o rombo das contas públicas em 2024, como vem prometendo no novo marco fiscal.

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria, por exemplo, prevê desempenho fraco para a economia no resto do ano e acredita que o resultado primário seguirá negativo em 2024, em torno de 0,5% do **PIB**. "O segundo semestre vai ser desafiador. A economia vai desacelerar, a arrecadação não vai surpreender, mas o governo não quer aceitar isso. O risco dessa história é que ele volte com a política de incentivos setoriais do passado, e essa conta vai estourar no fiscal. O governo precisa de aumento de receita, mas, como a economia vai crescer pouco e a **inflação** está perdendo força, não

haverá a mesma surpresa de arrecadação que ocorreu em 2022", alerta ela, que prevê altas de 1,4% no **PIB** deste ano e do próximo.

Apesar de elevar de 1% para 1,3% a estimativa de crescimento do **PIB** deste ano, Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, espera recuo de 0,5% na atividade do terceiro trimestre do ano, de 0,5%, por conta do efeito de juros e do peso menor do agronegócio na atividade, "que é mais forte no primeiro semestre". "A dúvida que fica é se esse número forte do primeiro trimestre será mantido no ano todo. As variáveis de ajuste a acompanhar são serviços e a indústria, que se recente de um mundo e um país com demanda mais fraca. O custo de crédito e as recentes dificuldades pós crise das Americanas colocam dúvidas para os setores industriais e de serviços neste ano, talvez mais no caso do varejo. O consumidor tem dado sinais de dificuldades de pagamento das dívidas, que podem ser visto na inadimplência da pessoa física, que tem subido com força desde o ano passado", alerta. Segundo ele, "há chances de se ultrapassar os piores momentos da crise de 2015 e 2016 com o agravante de que a piora no emprego ainda deve vir junto com juros elevados até o segundo semestre".

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, ressalta a contribuição direta e indireta da agropecuária incluindo o processamento na indústria e os serviços transporte - na atividade no **PIB** equivale a 75% do crescimento do trimestre, de 1,2%. "Os efeitos positivos do agronegócio ajudaram a surpreender os dados em outras atividades, principalmente em serviços", destaca. Ela reconhece que existe um risco de o governo querer estimular a economia a todo custo e, com isso, pagar o preço de uma **inflação** mais alta, uma vez que o processo desinflacionário ainda está em curso. "Não tem almoço grátis. As expectativas do mercado não estão ancoradas em 3%, mas em 4%, para 2025 e 2026, porque a mudança da meta entrou na conta, e isso atrapalha o processo." Na avaliação da especialista do Ibre, não adianta Lula atacar o Banco Central na atual conjuntura. "Se o país quer crescer sem aumentar a **inflação**. Não existe ajuste de demanda sem causar a **inflação**", afirma Matos, recomendando que a demanda não pode ser estimulada se não houver capacidade instalada. "Se a indústria não conseguir atender a demanda que o governo tenta criar, o país vai colher mais **inflação** e mais juros. É preciso, primeiro, retirar os gargalos, como aprovar a **reforma tributária**. Senão, o Brasil não cresce ou cresce muito pouco", reforça Silva Matos.

De acordo com as projeções de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, o **PIB** deverá registrar crescimento de 1,3% no intervalo de janeiro a março

deste ano, mas ele reconhece que, no ano, o **PIB** pode crescer até 1,5%, apesar de prever estagnação nos trimestres seguintes. Um dos motivos é a incerteza em relação ao processo de desaceleração global, que pode ser mais forte a partir do terceiro trimestre, e o Brasil não deverá passar incólume. "Acho que as surpresas podem ser para pior nos próximos meses", afirma. Para ele, o corte de juros na Selic ocorrerá a partir de agosto ou de setembro. "A **inflação** converge para a meta lentamente. Então, o Banco Central não vai relaxar na condução da política monetária, e, com isso, vai calibrar gradualmente a taxa nominal", acrescenta.

#### Recessão técnica

Pelas projeções da XP Investimentos, haverá uma desaceleração forte no segundo trimestre, apesar das surpresas positivas do primeiro trimestre, que fizeram a instituição elevar de 0,9%, no início do ano, para 1,4%, na semana passada. A projeção da instituição é de que o crescimento do **PIB** passe de 1,4%, entre janeiro e março, para 0,3%, de abril a junho, e ainda estima uma possível recessão técnica - quando há dois trimestres consecutivos de **PIB** negativo - na segunda metade do ano. "A atividade está mais fraca, que é resultado da instabilidade política e econômica. A partir do terceiro trimestre, o **PIB** pode surpreender negativamente devido ao cenário externo", destaca o economista da XP, Rodolfo Margato, que prevê um "pouso suave" para a atividade econômica dos Estados Unidos e demonstra preocupação com as incertezas sobre a recuperação da China, maior parceiro comercial do Brasil. Ele ressalta que o mercado de trabalho já está dando sinais de desaceleração e, portanto, deverá criar bem menos emprego em 2023 do que em 2022. No ano passado, a taxa de desocupação foi de 8%, passando de 2,04 milhões para 1,3 milhão. "O desemprego está subindo gradativamente e deverá encerrar 2023 em 9,2%", afirmou.

Com uma das projeções mais conservadoras, Matheus Pizzani, de alta de 0,8% no **PIB** anual, "sem viés de alta", por conta da perspectiva de um impacto forte da política monetária na atividade econômica ao longo do ano. "Não tem espaço para mais surpresas positivas em 2023, porque o cenário será muito desafiador neste ano, tanto lá fora quanto aqui dentro", completa.

Ao comentar sobre as críticas das autoridades de que economistas erraram muito nas estimativas ao longo de 2022, eles lembram que, nas projeções iniciais, que eram mais pessimistas, não estavam previstos os inúmeros estímulos que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criou, deixando várias bombas fiscais de herança para o atual governo. Um repeteco desse tipo de política de adotar medidas populistas só vai piorar o



quadro das contas públicas, e, conseqüentemente, da economia doméstica.

Leia mais na pág.8

"O segundo semestre vai ser desafiador.

A economia vai desacelerar, a arrecadação não vai surpreender, mas o governo não quer aceitar isso"  
Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria

**Site:**

**<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/05/29/all.pdf>**



# Estímulos de efeito duvidoso

**ROSANA HESSEL**

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), afirmarem em artigo recente que a indústria será "o fio condutor" de uma política econômica voltada para a geração de renda e de empregos, as medidas anunciadas na semana passada, com subsídios a "carros populares" de até R\$ 120 mil, geraram desconfiança entre analistas.

Para eles, Lula tenta reeditar erros da ex-presidente Dilma Rousseff que resultaram em dois anos de queda do Produto Interno Bruto (**PIB**), na contramão do mundo que crescia. E, agora, com a economia global enfraquecida e desacelerando, especialistas destacam que, ao tentar criar incentivos sem sequer ter aprovado o novo arcabouço fiscal, o governo não terá outra saída a não ser aumento de **impostos** ou da dívida pública. Por isso, recomendam que, antes, é preciso fazer uma reavaliação criteriosa das despesas e se empenhar mais para avançar na **reforma tributária**, pois ela ajudaria a melhorar a produtividade e a competitividade da indústria nacional - algo fundamental para a recuperação do crescimento mais forte e duradouro do **PIB**.

O consenso entre os analistas é que esse subsídio deverá ter efeito pequeno na atividade e tende a piorar o quadro fiscal, podendo colocar em risco o cumprimento da meta deficit zero em 2024. Quando Alckmin anunciou o pacote, na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu 15 dias para apresentar números sobre o impacto das novas medidas nas contas públicas. Interlocutores da equipe econômica revelam que faltam economistas capazes de fazer cálculos precisos - pois erraram em contas do novo arcabouço. Fazenda e Mdic não comentam o assunto. "O governo está repetindo os erros do passado, atendendo a lobbies setoriais. Essas medidas, no fundo, são muito caras e terão um benefício pequeno na atividade e, muitas vezes, questionável", alerta Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

Analistas informam que, ao tentar estimular o consumo de famílias que estão, atualmente, endividadas até o pescoço, o governo pode abrir espaço para uma disparada da inadimplência e para o retrocesso da melhora da percepção do mercado em relação ao arcabouço - cuja tramitação no Congresso tem ajudado a mudar as perspectivas de crescimento da

dívida pública, reduzindo a curva de juros futuros. O economista Luis Otávio Souza Leal, da G5 Partners, considera a medida de incentivo para carro popular "sem pé nem cabeça", podendo acabar em aumento de carga de **impostos**, em vez de redução, diante da perspectiva de queda na arrecadação por conta do **PIB** mais fraco neste ano em comparação ao de 2022. "Isso vai contra a política econômica e o discurso de economia verde do próprio governo. Como Haddad vai tapando os buracos abertos por Lula, devemos esperar alguma maldade na parte tributária nas próximas duas semanas." Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), faz alerta para o risco de políticas mal desenhadas que acabam gerando recessão. "Falta fazer contas e olhar as evidências. Até parece que a cloroquina saiu da saúde e foi para a economia", lamenta. O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, engrossa o coro de críticas à proposta de subsídios do governo para carros com preços nada populares. "O efeito na economia será baixo. Automóveis não têm mais o mesmo impacto que tinha no passado na atividade econômica e, para piorar, nesse caso, há cheiro velho de uma tentativa de usar um instrumento que nunca funcionou direito." Rodolfo Margato, economista da XP, compartilha essa preocupação sobre a falta de informações do pacote. "Esperamos medidas mais sustentáveis ao longo do tempo, que tragam benefícios horizontais para a economia", diz.

"Falta fazer contas e olhar as evidências.

Até parece que a cloroquina saiu da saúde e foi para a economia" Silvia Matos, economista do FGV Ibre

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/29/all.pdf>

## Erro industrial (Editorial)

Está em formação uma nova edição da aliança entre governo e empresários para ampliar subsídios, coma justificativa de combater a assim chamada desindustrialização -a queda na participação do setor no **PIB** de 24% em 1980 para pouco mais de 10% hoje.

Em evento recente na Fiesp, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante repetiu argumentos conhecidos em favor do favoreci-mento oficial à atividade. Segundo sua argumentação, o país precisa de políticas industriais para enfrentar a competitividade asiática e não ser apenas uma fazenda exportadora de produtos primários.

Já há providências em curso, além do despropositado programa para a volta do carro popular. Negocia-se com o Tribunal de Contas da União (TCU) um adiamento na devolução ao Tesouro de recursos recebidos ainda na gestão de Dilma Rousseff (PT).

Ademais, o BNDES novamente disponibilizará dinheiro barato -R\$ 20 bilhões- para inovação, empresas exportadoras e investimentos em máquinas.

O diagnóstico e os meios utilizados novamente para tentar reanimar a indústria são equivocados, a começar pela comparação com países asiáticos, que deixa de levar em conta as razões de fundo para a competitividade peculiar deles.

Por lá, o custo de capital é baixo porque a poupança é alta, o que depende de políticas fiscais prudentes. Há persistentes subsídios à produção, mas eles resultam mais de mecanismos institucionais que limitam o crescimento dos salários abaixo da produtividade do que de aportes diretos do Estado.

É assim que são gerados os saldos exportadores. Tais condições não são todas reproduzíveis no Brasil -e, em relação a várias delas, nem seria desejável que o fossem.

E, a longo prazo, a diferença é principalmente um maciço esforço na educação básica para a formação de mão de obra de qualidade. Não se trata apenas de mais dinheiro, como atestam as medições recentes de ausência de melhoria da qualidade da educação no Brasil nas últimas décadas.

Competitividade, portanto, depende de políticas econômicas e sociais que lidem com todos os elementos estruturais, não de remendos pontuais que

beneficiam o lucro de alguns poucos.

Nas condições atuais do país, a **reforma tributária**, com foco nos **impostos** incidentes sobre o consumo, seria um bom começo, bem como a abertura econômica e o aumento da poupança pública por meio de uma reforma do Estado.

Sem esses componentes, o mais provável é que a nova rodada de favores não resulte em efeitos palpáveis na economia e apenas deixe mais uma conta para o contribuinte, como sempre ocorreu.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50291&anchor=6478031&maxTouch=0&\\_ga=2.110434562.623791784.1685329739-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50291&anchor=6478031&maxTouch=0&_ga=2.110434562.623791784.1685329739-1980247189.1672582619)**

# Neoindustrialização: uma análise da proposta Lula/Alckmin (Artigo)

*Horácio Lafer Piva Pedro Passos Pedro Wongtschowski*

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski

Empresários

No dia da indústria, 25 de maio, o presidente e o vice-presidente da República publicaram neste jornal artigo conjunto sob o título "Neoindustrialização para o Brasil que queremos".

É de fato alvissareiro vermos os principais mandatários do País se dedicarem a escrever sobre a indústria e sobre os seus planos para ela; indica relevância e prioridade, ambos requisitos em falta para a combalida indústria brasileira.

Há ótimas ideias no artigo e o entendimento implícito que para distribuir riqueza é preciso, em primeiro lugar, criá-la e a atividade industrial é uma ótima forma de fazê-lo. É a indústria que tem o maior efeito multiplicador entre todos os setores da economia. É também positivo ver que a mudança climática e a **reforma tributária** comparecem como condicionantes para o crescimento da atividade industrial.

Mas há também omissões importantes.

Não se vê, por exemplo, o uso da palavra produtividade, conceito central para que a indústria seja competitiva.

Mal há menção à relevância da atividade de pesquisa e desenvolvimento e da qualificação de recursos humanos; há apenas uma tímida referência (correta) à educação básica.

Nada se vê sobre o ensino profissional e sobre a desestruturação da maior parte do ensino superior público no Brasil, fruto de décadas de subinvestimento.

Não há referências à necessidade urgente da integração da indústria brasileira ao mundo, com a remoção paulatina de barreiras e entraves que dificultam a sua modernização e que poderá gerar uma nova corrente de exportações.

O artigo passa ao largo da necessária digitalização da

indústria brasileira e dos passos que terá de dar no sentido de sua descarbonização. Não se fala de um insumo essencial, a energia; temos a capacidade de transformar custo baixo em preço alto, como no gás natural (um monopólio) e na energia elétrica (em função de um enorme número de penduricalhos).

Há ideias antigas, como um amor incontido pelo que se chamou no passado de Terceiro Mundo; os grandes mercados estão concentrados nos países centrais, aí já incluída a China. Isto posto, há também um irrealismo em admitir que o governo brasileiro pode tudo: pode muito como demonstra o caminho acertado ora trilhado pelo BNDES, mas está longe de poder dispor do volume de recursos que os Estados Unidos e a Comunidade Europeia dedicam às suas políticas industriais.

Falta também reforçar que políticas industriais modernas são horizontais ou organizadas por missões, traduzindo a visão de um novo modelo de desenvolvimento distante dos paradigmas do passado.

Em resumo, um bom começo, mas ainda um longo caminho a percorrer.

É a indústria que tem o maior efeito multiplicador entre todos os setores da economia

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma tributária pode sair neste semestre, diz Appy

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse ver grandes chances de a **reforma tributária** ser votada pela Câmara dos Deputados ainda neste semestre, apesar do prazo apertado.

"A perspectiva é votar até o final do semestre legislativo, em meados de julho, e eu acredito que sim, pelo menos é a intenção anunciada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira", disse em entrevista à CNN Brasil.

Appy reconheceu que serão necessárias "concessões" setoriais para que a reforma seja viabilizada politicamente. Ele destacou os setores de agronegócio, a indústria e o varejo de alimentos e os setores de saúde e educação. "Algumas questões são setoriais, a ideia é ter um imposto sobre valor adicionado o mais homogêneo possível", disse na entrevista.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Esquerda pressiona Lula, se divide e causa desgaste para o Planalto

JENIFFER GULARTE

Pressionado por partidos de centro, dos quais depende para formar uma base sólida no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem encontrado dificuldades para manter a ala mais à esquerda de seus aliados coesa com a frente ampla que montou para governar. Tanto na votação da nova regra fiscal quanto no acordo fechado para aprovar a reestruturação dos ministérios, foram parlamentares de partidos como PT, PSOL e Rede, e não a oposição, os que mais resistiram. Além disso, pautas ligadas a essas siglas, como a questão ambiental e a defesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), viraram uma espécie de calcanhar de aquiles do governo.

Frente aos primeiros resultados de votações no Congresso, petistas próximos a Lula avaliam que o governo terá de optar por encampar temas que gerem mais consenso entre parlamentares, como os ligados a educação, saúde e distribuição de renda. Segundo esses auxiliares, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação política do governo, já entendeu que temas da agenda da esquerda sofrerão resistência no Congresso.

- Quanto mais se aproximar do centro, mais chance de aprovação. Agenda de esquerda tem tido pouca adesão - resume o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB).

Quanto à pauta ambiental, que Lula tenta usar como vitrine no cenário internacional, aliados afirmam que terá de ser tratada de forma mais ampla, com foco, por exemplo, na preservação da Amazônia e no combustível verde.

Mas é na área econômica que o governo enfrenta fogo amigo de maior calibre. A próxima batalha será a **reforma tributária**, tema que já opõe petistas e a equipe econômica.

O deputado Rui Falcão (PT-SP), que preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), é um dos que acreditam que o fatiamento da reforma pode fazer com que a segunda etapa sequer saia do papel. Pela proposta da Fazenda, primeiro será encaminhada a simplificação e unificação dos **tributos**, para mais tarde se tratar de renda, patrimônio e riqueza.

Como revelou O GLOBO, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, enfrenta desgaste com a bancada do partido na Câmara por defender posições mais à esquerda e que por vezes colidem com a pauta econômica de Lula. Além das críticas ao novo arcabouço fiscal, ela se disse contra a volta da cobrança de **impostos** sobre combustíveis.

## "IMPRUDÊNCIA"

O PSOL, por sua vez, votou integralmente contra a nova regra fiscal, enquanto deputados petistas, mesmo chancelando o projeto do governo, o criticaram duramente.

Deputados protocolaram uma declaração que fala em "imprudência" e "estrangulamento" do poder público ao criticar a medida, especialmente após as mudanças promovidas pelo relator, Cláudio Cajado (PP-BA).

"Consideramos que o relatório de Cajado agravou sobremaneira as normas de contração dos gastos públicos, limitando fortemente a capacidade do Estado de fazer justiça social e comandar um novo ciclo de desenvolvimento", diz um trecho do texto que tem entre os signatários Lindbergh Farias (PT-RJ), Rui Falcão e Bohn Gass (PT-RS).

Esse descompasso entre governo e esquerda ficou evidente também na votação da MP que reestruturou os ministérios, na semana passada. As mudanças feitas no Congresso enfraqueceram pastas como Meio Ambiente e Povos Indígenas, mas preservaram funções da Casa Civil e mantiveram a extinção da Funasa.

Apesar do acordo costurado pelo Planalto, Gleisi ameaça ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para desfazer as alterações.

Mas auxiliares de Lula afirmam que o governo não vê possibilidade de judicialização e que a melhor opção é negociar alterações até amanhã, quando a MP deverá ser votada no plenário da Câmara.

A ligação de Lula e do PT com o MST é vista como um dos principais pontos de conflito com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que tem 344 integrantes.

Aliados de Lula afirmam que pautas vinculadas aos sem-terra, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e aos indígenas terão dificuldades.

Foi a proximidade do PT com os sem-terra um dos motivos da criação da CPI que investiga o movimento e cujos membros são em sua maioria da oposição.

Gleisi Hoffman.

Presidente do PT fez críticas à nova regra fiscal

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Agenda ampla para melhorar produtividade segue distante - SERGIO LAMUCCI

**SERGIO LAMUCCI**

Agenda ampla para melhorar produtividade segue distante. Passados quase cinco meses do governo Lula, a falta de uma agenda ampla para a melhora da produtividade chama a atenção. Entre as prioridades, a **reforma tributária** é uma das únicas que, se for adiante, aumentará a eficiência da economia. Outras iniciativas e intenções vão na direção contrária, como a renúncia tributária para a indústria automotiva, a disposição para aumentar com força o volume de crédito do BNDES, a mudança de política de preços da Petrobras e os decretos que mudam o marco do saneamento, autorizando estatais estaduais a prestar serviços sem licitação, já derrubados pela Câmara e ainda a serem apreciados pelo Senado.

"Com o fim do bônus demográfico, a única forma de aumentar a renda per capita e gerar crescimento sustentável no Brasil nas próximas décadas será por meio da elevação da produtividade do trabalho", resumem os pesquisadores Fernando Veloso, Silvia Matos, Fernando de Holanda Barbosa Filho e Paulo Peruchetti no Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Período em que a população em idade ativa cresce a um ritmo superior ao da população total, o bônus demográfico ficou para trás, indicando que terminou a fase mais favorável da estrutura etária para o crescimento.

Os números do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV Ibre, escancaram o problema. Entre 1995 e 2022, a expansão média da produtividade agregada por hora trabalhada no país foi de 0,8% ao ano. O único setor que mostrou ganhos expressivos foi a agropecuária -5,5% ao ano. Na indústria, houve queda de 0,4%; nos serviços, aumento médio de 0,2%.

A situação é dramática, e o novo governo não mostra uma agenda ambiciosa para enfrentar o problema. Coordenador do Observatório de Produtividade Regis Bonelli, Fernando Veloso não vê preocupação sobre o assunto, com exceção da **reforma tributária**. "O que estamos vendo são retrocessos em várias áreas, como saneamento, privatização da Eletrobras, aumento do crédito subsidiado e renúncia tributária para a indústria automobilística, além da mudança da política de preços da Petrobras", afirma ele, apontando

que são medidas e iniciativas que tendem a reduzir a produtividade. "Vão resultar em alocação distorcida do capital, como no governo Dilma Rousseff." Anunciada na semana passada, a criação de subsídios para tentar estimular a venda de carros tem vários equívocos, segundo Veloso. "É mais uma política de incentivos para o setor automobilístico, sem nenhuma evidência de que as anteriores, como o Inovar Auto e o Rota 2030, para citar as mais recentes, tenham produzido bons resultados", afirma ele, lembrando que a iniciativa "vai contra a agenda de avaliação e redução de renúncias tributárias anunciada pelo próprio governo", além de se chocar com a agenda ambiental, por incluir o estímulo à venda de automóveis movidos a combustíveis fósseis. "E tende a reduzir a produtividade, porque agrava o problema existente de usar incentivos para favorecer setores específicos, o que distorce a alocação de recursos", diz Veloso, para quem o mesmo pode ocorrer com o crédito subsidiado do BNDES.

Aspectos dos decretos que mudaram pontos do marco legal do saneamento, como a permissão para estatais prestarem serviços sem necessidade de licitação, podem afetar o volume de investimentos privados no segmento, que vinha crescendo com força com as novas regras. A expectativa, porém, é de que o Senado também derrube os decretos do governo. Já a ação no Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo a Eletrobras pode ser vista como tentativa de quebra de contrato, afastando investidores do país. A União recorreu ao STF para ter direito de voto proporcional à sua participação no capital social da empresa, de 43%, limitado a 10% pela privatização feita em 2022.

No caso da mudança da política de preços da Petrobras, se a estatal segurar as cotações dos combustíveis por muito tempo num cenário de alta do petróleo e do dólar, isso prejudicará as empresas privadas que atuam nos setores de refino e de importação, além de atingir as companhias que produzem etanol, porque a gasolina tenderá a ficar mais barata que o álcool. São medidas que tendem a afetar investimentos e a atrapalhar a aplicação de capital na economia.

Para melhorar a produtividade, Veloso diz que é fundamental reduzir problemas que dificultam o crescimento de empresas produtivas. "Isso envolve a **reforma tributária**, com a criação de um imposto



sobre o valor agregado (IVA), a abertura comercial, a melhora do sistema de crédito e prioridade a privatizações e concessões para elevar o investimento em infraestrutura, entre outras medidas. No entanto, a agenda de crescimento do governo está baseada na ideia de favorecer setores específicos, o que tende a distorcer a alocação de recursos e reduzir a produtividade", reitera Veloso. A **reforma tributária** é o único item que tende a aumentar a produtividade de todos os setores.

Veloso enfatiza a importância de uma agenda de melhora do capital humano, incluindo educação e qualificação. "Isso já era fundamental, mas se tornou ainda mais urgente diante das perdas de aprendizagem durante a pandemia e os desafios colocados pelos avanços da inteligência artificial", destaca Veloso, lembrando que o capital humano, essencial para todos os setores, é especialmente relevante para os serviços, muito intensivos em mão de obra. "Mais de 70% do **PIB** e do emprego está no setor de serviços. Sem crescimento da produtividade desse segmento, será impossível ter crescimento da produtividade agregada. "Ao falar da agropecuária, Veloso diz que o setor tem seguido o modelo de inovação e abertura há décadas, sendo o único segmento com expansão significativa da produtividade nas últimas décadas. No caso da indústria, nota ele, as políticas que o governo pretende adotar não atacam os problemas centrais do setor -a necessidade de inovar e se integrar aos mercados externos.

Nesse cenário, as perspectivas para o crescimento sustentado a taxas mais elevadas seguem desanimadoras. Sem melhorada produtividade, o desempenho da economia brasileira será medíocre, na melhor das hipóteses.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187560>

# Transporte rodoviário pede isonomia com aéreas

A decisão na semana passada do Congresso Nacional de aprovar a isenção do PIS e Cofins das passagens aéreas até 2026 reacendeu a demanda do setor rodoviário por isonomia tributária.

As empresas rodoviárias pagam 3,65% de PIS e Cofins sobre as tarifas.

Enquanto isso, o Senado aprovou na quarta-feira o artigo 2o da Medida Provisória 1147/2022, que desde o início de 2023 zerou as alíquotas de PIS e Cofins sobre receitas do transporte aéreo regular de passageiros. O texto segue agora para sanção presidencial.

Paulo Alencar Porto Lima, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), explicou que logo após chegar ao Senado, o setor tentou se movimentar para abrir o escopo da isenção para transporte regular e não apenas transporte regular aéreo. "Houve um acordo de não adicionar nenhuma emenda e ficamos de fora.

Falta sensibilidade política nas lideranças de não ver que os maiores beneficiários do setor de transporte rodoviário são os mais pobres, somos parte importante dessa cadeia de produção", disse.

Lima lembrou que as empresas de ônibus também têm de pagar ICMS sobre passagens, enquanto o setor aéreo é isento desde o fim da década de 1990. "O setor aéreo também não tem a gratuidade, que representa 15% dos assentos", disse, sobre a concessão de bilhetes gratuitos determinada por lei a públicos específicos, como idosos e jovens carentes. Ele disse que o setor irá brigar por essa isonomia nos debates da **reforma tributária**.

Em 2022, foram transportados 41,28 milhões de pessoas por ônibus interestaduais, superando 2019, antes da pandemia, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) compilados pela Abrati. (CF)

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230526/>

# Os desafios da tributação da economia digital - OPINIÃO JURÍDICA

**IRAPUÃ BELTRÃO**

No fim de abril, o grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados se reuniu para examinar a proposta de **reforma tributária** sob a perspectiva da economia digital. Fui convidado a participar de audiência pública para debater o tema com deputados e especialistas no assunto.

A evolução tecnológica e a transformação digital de empresas de todos os setores vêm crescendo a cada ano, tendo sido acelerada pela pandemia da covid-19. Os reflexos na economia do país são vários. A adaptação do sistema tributário à nova realidade digital tornou-se, com isso, uma necessidade urgente.

A urgência se dá pelo fato de que as empresas que atuam no ambiente digital precisam de um sistema tributário eficiente que, seja capaz de alcançar toda a base, ser isonômico com prestadores locais e estrangeiros, reduza o número de litígios e promova uma distribuição adequada para todos os entes da federação.

Simplificação é a principal demanda dos contribuintes na economia digital. No entanto, também é importante que o sistema tributário brasileiro se alinhe às práticas internacionais, estabeleça a não cumulatividade integral, defina alíquotas adequadas para as diversas atividades existentes nesse segmento e crie regras de tributação no destino que levem em conta as informações e características de cada empresa.

Para alcançar esse objetivo, a implementação de um imposto sobre valor agregado (IVA) é uma alternativa já testada e bem-sucedida para empresas da economia digital. As propostas sob discussão no Congresso Nacional caminham nesse sentido (PEC 45 e PEC 110) considerando peculiaridades importantes do nosso sistema federativo.

Especificamente, penso que uma **reforma tributária** que considere as preocupações fiscais da economia digital deve considerar, ao menos, os cinco pontos a seguir, os quais pude tratar na audiência pública na Câmara dos Deputados.

O primeiro ponto consiste na simplificação do sistema tributário, que é essencial para a redução do litígio e a ampliação da base dos **tributos** sobre o consumo. A

perspectiva internacional é que o IVA é o melhor tipo de imposto, pois oferece uma base ampla que evita discussões sobre a tributação de atividades específicas. Além disso, conflitos como ICMS versus ISS são resolvidos com mais facilidade por meio do IVA. Na economia digital, na qual surgem novas atividades e serviços a todo momento, o IVA é ainda mais importante porque sua base ampla prescinde a necessidade de atualização constante da legislação para abarcar as novas realidades que surgirão.

O segundo ponto é a adoção de uma regra de não cumulatividade integral. Isso permite a recuperação imediata de créditos e evita impactos negativos no fluxo de caixa, especialmente para empresas em escala. Deve existir um mecanismo seguro que permita a recuperação imediata dos créditos, preferencialmente no mesmo mês. Idealmente, esse mecanismo pode ser mantido fora dos orçamentos para evitar o risco de créditos não serem devolvidos.

O terceiro ponto é se definir a tributação no destino para evitar benefícios fiscais concedidos por prefeitos e governadores de origem. No entanto, é preciso ter cuidado na implementação dessa medida, pois é necessário identificar qual é o melhor local de destino e, na economia digital, as empresas deveriam ter flexibilidade para escolher dois ou três locais de destino.

Poder-se-ia pensar no uso de informações como o local do destinatário, o cartão de crédito e o endereço IP para determinar o local de tributação. As obrigações acessórias também precisam ser cumpridas em escala.

O quarto ponto é que as operações internacionais devem ser tratadas com a mesma incidência tributária e possibilidade de creditamento quando comparadas com as operações nacionais. A regra prevista na CBS (Projeto de Lei nº 3.887), que trata da possibilidade de registro voluntário das empresas no Brasil, pode ser uma solução para garantir que as empresas estrangeiras sejam controladas e tributadas adequadamente. Essa medida já tem funcionado em vários países da América Latina.

O quinto e último ponto está relacionado à carga tributária, que é um tema que vem sendo bastante debatido. A adoção de uma alíquota única pode ser a

melhor solução técnica para evitar conflitos, mas é preciso observar com atenção as atividades que recebiam tributação menor para evitar desequilíbrios no curto prazo.

Quanto menos categorias, menor é o risco de desequilíbrios concorrenciais e incerteza jurídica a respeito da classificação das operações na economia digital.

Por fim, se deve evitar a criação de **impostos** digitais ou estipular regras artificiais de reconhecimento de atividades realizadas fora do território nacional, que poderiam gerar mais burocracia e aumentar a complexidade do sistema tributário. Deve-se evitar a tentativa de criar mais "jabuticabas" no sistema tributário brasileiro. Propostas como Cide-digital e afins são medidas derivadas de iniciativas estrangeiras que não se amoldam às necessidades do nosso país.

A **reforma tributária** é um tema complexo e importante, que afeta diretamente a economia do país e a vida de milhões de brasileiros. É fundamental que as autoridades e especialistas em tributação trabalhem juntos para encontrar soluções que sejam justas, eficientes e adequadas à nova realidade digital. Acredito que a audiência pública na Câmara dos Deputados, em 26 de abril, foi um passo importante nessa direção.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230526/>

# Alíquota única do ICMS da gasolina deve gerar alta de preço na bomba

Com a mudança, carga tributária ficará maior onde a gasolina estava mais barata (Wesley Costa)

O preço da gasolina deve sofrer um novo impacto a partir da próxima quinta-feira, 1º de junho, quando começa a vigorar a unificação do valor do ICMS sobre o combustível em todo País. Por definição do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), todos os estados passarão a praticar imposto único de R\$ 1,22 por cada litro de gasolina vendida. Com a mudança, Goiás terá a oitava maior alta entre os estados brasileiros, de R\$ 0,2748, em relação ao último ICMS cobrado em maio.

Antes, o valor do imposto era definido através de uma pesquisa que considerava o preço médio praticado no mercado. Sobre este valor, era aplicada a alíquota praticada por cada estado. No caso de Goiás, a alíquota sobre a gasolina era de 17% sobre um preço médio de R\$ 5,5600, o que resultava num imposto de R\$ 0,9452. Com a unificação, este valor subirá para R\$ 1,22, o que deve refletir no preço do combustível nas bombas.

Isso deve diminuir o impacto da última redução de R\$ 0,40 por litro anunciada pela Petrobras por conta da nova política de preços, que pôs fim ao Preço de Paridade Internacional (PPI). "O novo valor do imposto deve impactar os preços atuais se não houver algum fator novo, como uma nova queda anunciada pela estatal. Mas os postos sempre acabam levando a culpa pelos aumentos", alerta o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado (Sindiposto-GO), Márcio Andrade.

Para ele, a vantagem da unificação do imposto para a cadeia de combustíveis é a redução da possibilidade de sonegação nas operações interestaduais. "Alguns faturavam para um estado onde o ICMS era menor para entregar em outro que praticava o imposto maior", alerta o presidente do Sindiposto-GO. Com a monofasia do ICMS, o imposto será recolhido no início da cadeia, pelo produtor ou importador do combustível.

Além disso, segundo ele, os postos localizados em regiões limítrofes de estados que praticavam alíquotas diferentes também sofriam com a concorrência desleal, pois muitos consumidores preferiam cruzar a fronteira para abastecer no estado vizinho, onde o

preço era menor. "A pesquisa quinzenal para definição do preço médio para aplicação da alíquota também impactava os valores nas bombas porque o imposto subia sempre que o combustível tinha algum reajuste", lembra Márcio.

## Facilitação

Na visão da advogada tributarista Liz Marília Vecci, da Terra e Vecci Advogados, a política fazendária do Confaz sempre buscar facilitar recolhimento e cobrança, diminuir o trabalho da estrutura e atribuir responsabilidade ao contribuinte. Ela ressalta que a uniformidade de alíquotas é um dos pontos que está sendo combatido nas propostas de **reforma tributária** em tramitação. "Porque não faz sentido uniformizar o valor de um tributo que tem inúmeras variáveis que afetam seu custo. O Acre não tem o mesmo potencial de acesso logístico que o mercado consumidor do Paraná. Então, se o tributo é afetado pelos custos, uniformizar não faz justiça", destaca.

Para o economista e professor da PUC Goiás Valdivino de Olivera, não é certo dar um tratamento igual para preços desiguais. "Se a gasolina tivesse o mesmo preço em todo País, a unificação seria justa. Mas não é o caso", alerta. Um dos primeiros impactos do valor único deve ser a queda da arrecadação nos estados onde o imposto era mais alto que R\$ 1,22. "A carga tributária ficará maior onde a gasolina estava mais barata", explica Valdivino.

Isto deve fazer com que um estado subsidie o outro, já que alguns devem passar a arrecadar menos. Para o economista, o ideal seria ter uma alíquota unificada para combustíveis em todo País, tendo como base de cálculo o preço final praticado por cada estado, e não um valor único. "A cobrança de um valor único sobre preços tão distintos no mercado nacional levará a esta injustiça tributária", avalia o professor da PUC Goiás.

Vale lembrar que a alíquota de ICMS sobre o etanol anidro, que é misturado à gasolina, também será unificado, mas sem tanto impacto sobre o preço.

Vai ajudar a repor perdas, diz secretária de Economia

Para Wladimir Costa, consultor da Suporte Assessoria Empresarial para Postos, há muitas vantagens na mudança da forma de tributação para os revendedores

de combustíveis. A primeira é o fim da guerra fiscal entre os estados por conta das diferenças de alíquotas. Além disso, segundo ele, com a unificação do ICMS, os preços tendem a ser mais iguais no mercado. "Não tem mais a diferença em **tributos** de um estado para o outro. A diferença passa a ser o preço da refinaria e o que a distribuidora quer ganhar", destaca.

Outra grande vantagem da unificação, de acordo com ele, é que o sistema dificulta muito irregularidades, como os casos em que o combustível é faturado num estado e vendido em outro. A refinaria cobra no primeiro momento sobre o primeiro estado, que às vezes é mais barato onde realmente o produto será enviado e consumido. "Por isso, a segunda grande vantagem é esta tentativa de combate à sonegação e manobras tributárias", completa.

A terceira grande vantagem, na opinião de Wladimir Costa, será a simplificação, ou seja, com o valor único, as empresas passam a gastar muito menos tempo para calcular todos os valores devidos para cada estado. "A contabilidade, o faturamento, tudo fica muito mais simples e rápido", ressalta. Mas ele reconhece que pode existir uma grande desvantagem para os estados, que têm necessidades diferentes. "Ao unificar o valor, podemos prejudicar um estado que precisa arrecadar um pouco mais", alerta o consultor.

#### Reposição

A Lei Complementar 194/2022, de junho do ano passado, estabeleceu um teto máximo de 17% para as alíquotas de ICMS cobradas sobre os combustíveis, energia elétrica e comunicações em todo País, que passaram a ser considerados produtos e serviços essenciais. Com isso, a alíquota aplicada à gasolina em Goiás passou de 30% para 17%. A medida reduziu os preços do combustível na bomba, mas deixou muitos estados em situação difícil. O governador Ronaldo Caiado chegou a estimar uma perda de receita de cerca de R\$ 8 bilhões em 2022 e 2023 para Goiás.

Para a secretária interina de Estado da Economia, Selene Peres Nunes, a alta de R\$ 0,2748 no valor do ICMS cobrado sobre cada litro vendido de gasolina, após a unificação do imposto entre os estados, vai recuperar um pouco esta perda de receita sofrida pelos cofres públicos no ano passado. "Esta diferença não vai repor tudo que perdemos, mas vai ajudar com uma parte. Evita mais perda fiscal pelo Estado", prevê a secretária.

Ela lembra que o impacto sobre os preços da bomba é natural e afetará todo País, e não apenas Goiás. Ela lembra que, segundo a última pesquisa de preços

médios, que definiu os valores do imposto em cada estado, somente o estado do Amazonas terá queda no valor do imposto, de cerca de R\$ 0,09. Vale lembrar que os estados ainda brigam no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo fim da essencialidade da gasolina, que resultou na redução da alíquota de 30% para 17%, o que pode provocar uma nova alta nos preços.

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/29-maio-2023/1o-caderno>



# MP do governo Lula recebeu 106 propostas de alteração

A medida provisória que corrige a tabela do Imposto de Renda e altera a tributação de investimentos no exterior recebeu 106 emendas, que são propostas de deputados e senadores para alterar o texto enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril deste ano.

Cerca de dez emendas pedem uma correção maior da tabela do IR, com o patamar de isenção passando dos R\$ 2.112 da proposta do governo para até R\$ 5.280 (quatro salários mínimos). O presidente prometeu elevar a isenção para R\$ 5.000 até o fim do mandato, de maneira gradativa.

Em relação aos investimentos no exterior, levantamento feito pelo especialista em direito comercial, contratual e tributário da Saint Joseph Law, João Pedro Volz, mostra que a maioria das sugestões trata de modificação das alíquotas a serem cobradas, definições de ativos tributáveis, deduções e tratamento da variação cambial.

Há também propostas que não têm relação direta com o tema da MP, aquilo que é chamado de "jabuti" no jargão dos parlamentares, como a reabertura do programa de regularização de ativos no exterior, atualização de valores de imóveis no Brasil e instituição de imposto sobre grandes fortunas.

O tributarista destaca que o líder da oposição, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), propõe rejeitar por completo a parte da MP que trata dos investimentos no exterior, mantendo apenas a correção na tabela do IRPF.

"Isso nos leva a concluir que boa parte do Congresso pode, junto a ele, votar para eliminar a MP quase por completo." Volz afirma que a questão dos "trusts", que representa um terço do texto da MP, não foi mencionada em nenhuma proposta de emenda. O Brasil não possui atualmente regras claras sobre a tributação dos trusts, muito utilizados como mecanismos de investimento e transmissão de patrimônio.

A tributação de ativos no exterior tem como objetivo compensar parte da perda de arrecadação com a correção da tabela. A M P tem força de lei, mas precisa ser votada em 120 dias após sua edição para não perder a validade.

Segundo o Ministério da Fazenda, aplicações financeiras no Brasil possuem uma tributação mais elevada do que aquelas feitas no exterior. Além disso, mais de R\$ 1 trilhão em ativos fora do país não pagam praticamente nada de IRPF. Algumas vezes, por meio de estruturas em paraísos fiscais.

## ISENÇÃO

A MP estabelece isenção para a parcela dos rendimentos de até R\$ 6.000 por ano; 15% para a parcela acima desse patamar até R\$ 50.000 por ano; e 22,5% para a parcela dos rendimentos acima desse valor a partir de 2024. Algumas emendas sugerem uma faixa de isenção de R\$ 35 mil.

A variação cambial é tributada no retorno dos recursos ao Brasil, mas alguns parlamentares rejeitam taxar essa parcela do ganho, citando o risco de bitributação dos recursos.

O governo também abriu a possibilidade de atualização do valor dos bens no exterior, com imposto reduzido de 10%. Há no Congresso propostas para reduzir e para elevar esse percentual.

As medidas têm potencial de arrecadação de R\$ 3,25 bilhões para este ano, R\$ 3,59 bilhões para 2024 e R\$ 6,75 bilhões para 2025. Com a atualização dos valores da tabela mensal do IR, a pasta estima uma redução de receitas de R\$ 3,2 bilhões em 2023, R\$ 5,88 bilhões no próximo ano e R\$ 6,27 bilhões em 2025. (Folhapress)

Isso nos leva a concluir que boa parte do Congresso pode, junto a ele (Carlos Jordy (PL RJ), que propõe rejeitar por completou parte da MP que trata dos investimentos no exterior), votar para eliminar a MP quase por completo" João Pedro Volz, especialista em direito comercial, contratual e tributário da Saint Joseph Law

## Entenda como funciona o cashback da reforma tributária

As propostas de **reforma tributária** em discussão no Congresso preveem a substituição de alguns programas de desoneração pela devolução de **impostos** aos contribuintes, o chamado "cashback".



Esse mecanismo é utilizado por países como Canadá, Uruguai e Colômbia para garantir que o benefício fiscal chegue de fato ao cidadão e seja direcionado aos mais pobres. O modelo também está sendo testado no Rio Grande do Sul.

A devolução pode ser feita em tempo real, com o contribuinte se identificando com o número do CPF ou utilizando um cartão de benefício social. Pode ser pago antecipadamente, como um complemento no Bolsa Família, por exemplo. Outra possibilidade é devolver posteriormente, como uma espécie de Nota Fiscal Paulista (SP) ou Nota Legal (DF).

Uma das idéias da **reforma tributária** é acabar com praticamente todos os mecanismos de desoneração por produto. Eles seriam substituídos por um sistema em que o governo cobra de todos e devolve o dinheiro para um contribuinte com determinadas características (aqueles mais pobres ou para empresas de uma determinada região.

por exemplo). É a chamada tributação personalizada.

Um exemplo disso é o que o Ministério da Fazenda chama de "cashback do povo", que é a devolução de parte do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que seria criado pela **reforma tributária**.

Segundo a Fazenda, o modelo de cashback a ser adotado ainda será detalhado para definir quem são os beneficiários, qual o limite para devolução, se estará restrito a algum tipo de despesa (alimentos, educação e saúde, por exemplo) e também a forma como se dará a devolução.

Uma possibilidade é dar o cashback em valor fixo para todos os brasileiros no lugar de desoneração da cesta básica, garantindo a devolução integral do tributo para os mais pobres e parcial para os mais ricos.

A desoneração da cesta no formato atual beneficia também os mais ricos e não é completamente repassada ao consumidor.

Um estudo de 2021 do movimento Pra Ser Justo, realizado junto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), apontou que é possível usar a devolução para beneficiar mais de um terço da população brasileira com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

No Rio Grande do Sul, o programa Devolve ICMS beneficia famílias do CadÚnico (Cadastro Único), com renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 3.960) ou renda per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 660).

A devolução inclui uma parcela fixa de R\$ 100 a cada trimestre a cerca de 600 mil famílias. Há também uma parcela que varia conforme o volume de notas fiscais com CPF solicitadas pelos beneficiários, o que beneficiou 168 mil famílias no primeiro trimestre de 2023. (FP)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/29-maio-2023/1o-caderno>

# Brasileiro trabalha 5 meses do ano para pagar impostos (Artigo)

**LAURA SERRANO**

O Brasil possui uma das cargas tributárias mais altas do mundo, o que impacta diretamente a vida dos cidadãos. Os brasileiros estão trabalhando desde o início do ano apenas para pagar **impostos**. Parece absurdo, mas é a realidade. A cada ano, em média, 5 meses de trabalho são para pagar **impostos** ao governo. Estamos no final de maio e, agora sim, podemos começar a trabalhar para nós e nossas famílias.

Os **tributos** são a principal forma de financiar a máquina estatal e afetam diretamente o bolso dos brasileiros, limitando sua capacidade de consumo e investimento. A elevada carga tributária incide sobre produtos e serviços, aumentando seus preços e reduzindo o poder de compra da população. Além disso, a tributação sobre a renda e o patrimônio também impacta negativamente a capacidade de melhoria de qualidade devida das famílias.

Ademais, apesar de no Brasil o imposto sobre a renda ser progressivo (quem ganha mais, paga mais) a tributação total incide proporcionalmente de forma mais pesada sobre os mais pobres, uma vez que os **impostos** indiretos (aqueles **impostos** embutidos no preço do arroz e do feijão, por exemplo) representam uma parcela significativa. Essa regressividade da carga tributária aumenta a desigualdade social no nosso país.

Ainda há a falta de contrapartida em benefícios para a qualidade devida da população. Na maioria das vezes, os altos **impostos** pagos pelos cidadãos não se traduzem em serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e segurança. Isso evidencia a necessidade de melhoria da gestão pública, maior eficiência na aplicação dos recursos e redução da burocracia. Atualmente, no Brasil, as empresas gastam cerca de 45 mil horas por ano com burocracia fiscal.

Reformas estruturais que dependem do Congresso Nacional, como a **Reforma Tributária** e a Reforma Administrativa, são fundamentais para reduzir a carga tributária que pesa no bolso dos cidadãos brasileiros e na mesa das famílias de mais baixa renda. Enquanto o poder público não resolve, a sociedade civil e iniciativa privada buscam fazer sua parte na sensibilização

sobre a alta carga tributária no país.

Na semana passada, dia 25 de maio, tivemos o Dia Livre de **impostos**, iniciativa criada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH) e que já se espalhou para todo o Brasil. Um dia em que diversos produtos (medicamentos, combustíveis, cimento, etc.) são comercializados sem **impostos**, evidenciando para os consumidores brasileiros o peso da máquina estatal no nosso bolso.

Diretora-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). Mestre em Economia. Deputada Estadual de 2019 a 2023

**Site:**

<https://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/?numero=12260&edicao=16517>

# Zona Franca é principal trava à reforma tributária

Por Victoria Abel

Mesmo após meses de diálogo entre o governo federal, deputados e o Amazonas, a Zona Franca de Manaus ainda é um dos principais entraves para o avanço na Câmara da **reforma tributária**, pauta econômica que vai suceder o arcabouço fiscal. A perda de arrecadação do governo estadual com a unificação de **tributos** pode ser resolvida com repasse de recursos de um fundo compensatório, mas não garante a permanência de empresas na região sem incentivos, argumentam defensores do atual modelo, que dizem **temer** desemprego no polo.

A lógica da Zona Franca é conceder benefícios tributários a empresas que montem fábricas na região. Com a **reforma tributária** e a unificação de **tributos** em todo o território nacional - entre eles o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - quem produz na região pode perder as vantagens fiscais em relação a outros estados mais próximos dos mercados consumidores.

O problema tem sido discutido em reuniões do grupo de trabalho (GT) para a **reforma tributária** na Câmara e em conversas entre o governo do Amazonas e o Ministério da Fazenda, mas nenhuma saída até agora foi apresentada.

- A arrecadação do estado é apenas um ponto. Nenhuma atividade econômica vai substituir empregos no curto e médio prazos - diz o deputado Saullo Vianna (União-AM), um dos integrantes do GT.

Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em 2022, havia 108.646 trabalhadores, na média mensal, entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos chegam a 500 mil.

Vianna afirma que já se reuniu com o secretário extraordinário para **Reforma Tributária** da Fazenda, Bernard Appy, duas vezes, para demonstrar a vulnerabilidade da mão de obra na região. Segundo ele, Appy prometeu propor uma saída até a metade deste mês, mas nada foi apresentado:

- O governo tem dificuldades de saber números reais

dos incentivos. Cobramos dele uma posição. Ele diz que ainda precisa de alguns números. Fomos duros, porque, se ele está com dificuldade de conseguir os dados, imagina a gente.

Procurado pelo GLOBO, Appy disse que tem a proposta, mas não quis dar detalhes:

- O Ministério da Fazenda já levou ao governo do Amazonas o desenho geral de uma proposta, que, em princípio, foi bem recebida. Nós estamos fazendo cálculos, que de fato estão um pouco atrasados, para poder detalhar a proposta.

O governador do Amazonas, Wilson Lima, disse ao GLOBO que o governo precisa apresentar a proposta detalhada para o debate avançar:

- A gente não sabe como vai funcionar. As regras precisam estar muito claras. Com qualquer movimento, as empresas reprogramam seus investimentos. Isso tem efeito imediato, o desemprego é imediato.

O governador e deputados do Amazonas defendem dois modelos de incentivos para as indústrias permanecerem na Zona Franca, que perdurem por pelo menos 50 anos. Um deles é dar desconto nos **impostos** para empresas que ficarem na região. Outro seria a criação de um imposto seletivo.

Hoje, o governo considera a possibilidade de um tipo de tributo como esse sobre produtos como cigarros e bebidas alcoólicas, que são prejudiciais à saúde, a chamada "externalidade negativa". Além do IVA resultante da reforma, esses produtos pagariam um imposto adicional. A mesma lógica seria aplicada para produtos eletrônicos ou veículos fabricados fora da Zona Franca.

Mas essa ideia não foi bem aceita pelo governo e é rechaçada pelos deputados de outros estados no GT. Eles lembram que ter diferentes **tributos** para produtos do mesmo setor contraria a principal lógica da reforma, de igualdade e simplificação na cobrança de **impostos**. Integrantes do GT estudam a possibilidade de um repasse superior do Fundo de Desenvolvimento Regional para estados (além do Amazonas, as vantagens tributárias valem para áreas de Acre, Rondônia e Roraima) e municípios que hoje

integram a área sujeita a benefícios da Zona Franca de Manaus.

A reforma deve estabelecer transferências da União para estados e municípios durante a transição entre os sistemas tributário atual e o novo, a ser aprovado, que pode durar de dez a 30 anos. No caso da Zona Franca de Manaus, a transição pode durar até 50 anos, já que uma emenda à Constituição garantiu a manutenção do parque industrial até 2073.

- Existe um entendimento de que a Zona Franca é importante para a manutenção de emprego e renda e a conservação ambiental (desestimulando indústrias em outras regiões da Amazônia). Vamos tentar construir algo que seja de comum acordo - afirmou o deputado Jonas Donizette (PSB-SP), integrante do GT.

Além dos políticos do Amazonas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também defende o tratamento diferenciado para o polo amazonense. "É necessário manter o tratamento tributário favorecido à Zona Franca de Manaus. O modelo permitiu a constituição de um sofisticado parque industrial na região e sua suspensão teria consequências socioeconômicas e ambientais", posicionou-se a entidade em **comunicado**.

A reforma institui a cobrança de **impostos** no destino, no local da venda final do produto ao consumidor. Os amazonenses defendem que se misture recolhimento na origem e no destino, alegando que seu mercado é bem menor que o de outros estados e desproporcional ao seu parque fabril. Mas a ideia também não tem adesão de parlamentares de outros estados e do governo. A avaliação é que geraria confusão e os mesmos resultados com repasses da União.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/zona-franca-e-principal-trava-a-reforma-tributaria.ghtml>**

# Pressão na gasolina

**CAROLINA NALIN E BRUNO ROSA**

A entrada em vigor da nova política de preços da Petrobras vai coincidir, nas próximas semanas, com uma mudança no valor do ICMS sobre combustíveis e com o fim da desoneração de **tributos** federais.

Com isso, o consumidor poderá lidar com uma gangorra nos preços. Segundo cálculos de Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da Warren Rena, a Petrobras precisará reduzir o valor do litro da gasolina em 14% até julho para evitar que a alta de **impostos** pressione o preço final nas bombas.

Atualmente, as alíquotas do ICMS são definidas por cada estado e variam de 17% a 20%, segundo números do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Consefaz).

A partir de quinta-feira, 1º de junho, o imposto estadual cobrado será de R\$1,22 por litro de gasolina ou etanol anidro em todo o território nacional.

Na prática, o imposto vai subir, visto que o valor médio do ICMS está em R\$ 1,08 por litro, considerando o preço atual da gasolina e as alíquotas dos estados.

A redução de 12,6% da gasolina nas refinarias, anunciada pela Petrobras e que passou a valer no último dia 17, pode mais do que compensar o custo do imposto estadual a partir de junho no preço de revenda do combustível ao consumidor. Mas não dará fim à gangorra dos preços: se a tendência é de leve redução em junho, a perspectiva é de aumento no mês seguinte, o que vai em direção contrária à estratégia do Palácio do Planalto de controlar a **inflação** e agradar à classe média.

No dia 1º de julho está prevista a volta integral da cobrança de **impostos** federais (PIS/Cofins e Cide) sobre a gasolina e o etanol, que foi zerada no período eleitoral pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e mantida parcialmente pelo governo Lula, até o dia 30 de junho, via medida provisória.

**AUMENTO SERIA DE 5,64%**

Andréa estima que o preço da gasolina nas bombas terá uma queda média de 2% em função da redução de 12,6% nas refinarias até o fim deste mês. Já em junho, quando passa a valer a cobrança única do ICMS, e o consumidor deveria sentir um peso maior no bolso para encher o tanque, ela prevê que haverá

mais uma queda de 1,5%, ainda efeito da redução da Petrobras, pois alguns postos levam algumas semanas para repassar a diferença de preço ao consumidor.

-Se não tivesse ocorrido a redução pela Petrobras, o preço da gasolina teria uma alta de 2,35% em junho - calcula a economista.

Já a reoneração total dos **tributos** federais Cide e PIS/Cofins, prevista para julho, deve levar o preço da gasolina a uma alta de 5,64%, segundo Andréa. Mas ela avalia que, em função da mudança em sua política de preços -que passa a não depender exclusivamente das cotações do câmbio e do petróleo no mercado internacional -, a Petrobras deve anunciar nova queda para conter o impacto no bolso do consumidor. Para isso, calcula ela, a estatal precisa anunciar uma redução de 14% no preço nas refinarias.

-No cenário atual da **inflação** e das expectativas do mercado, analistas acreditam que vem alguma coisa para amortecer esse efeito da alta -diz a economista. - Pode ser que, na fórmula nova, a Petrobras encontre espaço (para queda).

Em entrevistas recentes, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, tem dito que vai analisar a possibilidade de absorver a reoneração dos combustíveis em julho.

-Não sei, vamos ver até lá...

Tudo será feito com muita parcimônia, análise, não é chute -disse Prates à Globonews.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também afirmou, em audiência pública na Câmara, em meados deste mês, que a Petrobras ainda teria espaço para reduzir mais os preços dos combustíveis e que há perspectiva de a estatal anunciar uma nova queda no início de julho, utilizando essa "gordura".

-O aumento de preço previsto para primeiro de julho (com a volta integral dos **impostos** federais) vai ser absorvido pela queda do preço (dos combustíveis), que foi deixada para esse dia. Nós não baixamos tudo que podíamos, justamente esperando o 1º de julho - afirmou Haddad na época.

Para Pedro Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), é difícil dizer para onde vai o preço de venda da Petrobras em meio a uma nova política de preços cuja fórmula contém variáveis

"obscuras e nada previsíveis".

- Uma nova redução vai depender de como a companhia vai operacionalizar essa nova política de preços. Se a política de preços ainda fosse a do PPI (paridade de importação), com a volta de Cide e Pis/Cofins, eu não vejo um cenário para redução. Mas temos que ver como a nova política vai funcionar -diz.

**MELHORA NA ARRECADAÇÃO** Levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostrou que na semana passada os preços da gasolina e do diesel tiveram nova queda nas bombas. Segundo a ANP, o valor médio do litro da gasolina nos postos caiu pela terceira semana seguida, de R\$ 5,46 para R\$ 5,26, um recuo de 3,66%. É o menor patamar desde fevereiro deste ano.

Enquanto isso, o preço médio do litro do diesel nos postos caiu pela 16ª semana seguida, passando de R\$ 5,39 para R\$ 5,17. Foi uma queda de 4,08%, levando o preço ao menor patamar desde o fim de 2021.

A aplicação de um valor único de ICMS é vista por especialistas como positiva para os estados, mas há ressalvas quanto ao impacto para o consumidor. Na avaliação de Rodrigues, do CBIE, é positivo porque o estado "deixa de ser um sócio da volatilidade do barril", ao passo em que simplifica e melhora a arrecadação.

Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, concorda que a medida trará maior previsibilidade arrecadatória e transparência, além de mitigar possíveis situações de sonegação.

Já Gabriel Quintanilha, advogado e professor da Fundação Getulio Vargas, sinaliza os riscos que podem vir a reboque da redução de preços: - O consumidor vai enfrentar um aumento no combustível (com a reoneração), a não ser que a Petrobras segure o preço de forma artificial.

Se ela reduzir, vai ser ruim para a empresa e para o governo. A Petrobras, que distribuiu dividendo no ano passado, vai ter que torrar o seu lucro segurando o preço do combustível para que não haja impacto ao consumidor.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Aposentados - APOSENTADOS

**EMÍDIO REBELO FILHO**

## GESTÃO

A gestão administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) haverá de encontrar a fórmula própria para impedir que a instituição seja afetada e invadida com a retirada de recursos financeiros, prejudicando o seu desempenho e deixando de apresentar um serviço de qualidade aos segurados-contribuintes.

Como já destacamos em outras oportunidades, a **Previdência Social** no Brasil completou 100 anos de existência e ainda está vulnerável no efetivo controle das suas finanças, permitindo que aconteçam ações impróprias de pessoas inescrupulosas, promovendo fraudes, locupletando-se das contribuições que são disponibilizadas para atender com serviços previdenciários, milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros

## SERVIÇOS

Os segurados-contri - buintes deveriam ser atendidos assim que precisassem dos serviços previdenciários. E o atendimento de qualidade não poderia faltar, nem ter a demora que aconteceu, recentemente, com a perícia médica, deixando milhões de pessoas passando necessidades pela ausência de medidas administrativas que pudessem sanar falha tão grave.

Os recursos financeiros que se arrecada na conta **Seguridade Social**, da qual faz parte a **previdência social**, juntamente com saúde e assistência social, permitem a contratação de recursos humanos qualificados e equipamentos tecnológicos próprios e atuais, propiciando a satisfação do segurado - contribuinte e fortalecendo a gestão administrativa da **Previdência Social**.

## ORÇAMENTO

Aliás, a garantia da exclusividade no Orçamento da **Seguridade Social**, com aplicação dos recursos financeiros somente nas áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, seria o essencial para que se mantivessem os serviços de qualidade, atendendo com eficiência e o desempenho esperado, todas as atribuições de suas competências. Para que isso se realize, o Poder Executivo tem que suspender, definitivamente, as transferências de recursos financeiros da conta **Seguridade Social** (Orçamento)

e atender o dispositivo constitucional que estabelece as ações pertinentes às três áreas abrangidas. Aposentados e pensionistas reivindicam, apenas, o cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

## 14º SALÁRIO

Foi autorizado o pagamento antecipado do 13º Salário que será pago em maio e junho aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Situação que ameniza as dificuldades financeiras por que passam aposentados e pensionistas. No entanto, ainda não é o suficiente para ajustar o problema que trouxe a pandemia. É uma reivindicação antiga de aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), com fundamento do que dispõe de saldo financeiro a conta **Seguridade Social**.

Entendem que tal pagamento não trará qualquer dificuldade ao governo e ainda contribuirá com a arrecadação tributária, visto que os valores recebidos serão, imediatamente, devolvidos ao mercado financeiro

## DÍVIDA

Os deputados federais estão em dívida com os aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Há 15 (quinze) anos estão para apreciar e julgar o Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões. Tal PL iniciou com o nº58/2003 que foi aprovado por unanimidade no Senado Federal e Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara Federal. Aposentados e pensionistas não aceitam nem encontram justificativa plausível para tanta demora na apreciação.

Reivindicam, portanto, de suas excelências, uma posição que coloque em definitivo a concessão ou não do pretendido.

## PETROBRAS

Transcrevemos a frase da deputada federal pelo Estado do Amapá, Sílvia Waiãpi: "Essa postura do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da ministra do Meio Ambiente está condenando o norte a viver na miséria, o Brasil no atraso e no retrocesso".



Aposentados, ex-empregados egressos da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), avaliam com necessária a observação da deputada, recomendando que a Empresa não deixe de fazer o que foi preciso para realizar o seu intento, como fez em todas as suas realizações, contribuindo, decisivamente, para o desenvolvimento do País.

#### PONTES

"O mundo não precisa de muros que nos separam, precisa de pontes para gerar unidade" (São João Paulo II).

# Sinal de alerta para a gestão da dívida municipal (Artigo)

**Eduardo Tuma, Maurício Faria e Philippe Duchateau, SÃO, RESPECTIVAMENTE, CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (TCM-SP); CONSELHEIRO DO TCM-SP; E EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**

No dia 4 de maio, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou 23 anos. Importante marco para a promoção da sustentabilidade fiscal, seus efeitos merecem ser rememorados e enaltecidos. Merecem destaque os instrumentos empregados na busca de equilíbrio orçamentário permanente e, em especial, no controle do endividamento público. Ao mesmo tempo que estabelece limites e condições para as renúncias de receitas e geração de despesas, a LRF dedica um capítulo inteiro para a dívida e o seu controle.

Regulamenta a competência do Senado Federal, prevista na Constituição de 1988, quanto à imposição de limites para as dívidas de todos os níveis de governo, bem como estabelece mecanismos de recondução destas aos seus limites, quando ultrapassados.

Sob as balizas da LRF, o Senado Federal editou em 2001 as Resoluções n.º 40 e n.º 43, que estabeleceram limites para as dívidas de Estados e municípios como proporção da sua receita e, entre outras medidas, critérios adicionais para autorização de novas operações de crédito. Desde então, o endividamento dos entes subnacionais reduziu significativamente.

A dívida líquida de Estados e municípios e suas estatais, que somava 20,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2001, chegou a 8,6% do **PIB** ao fim de 2022.

Por outro lado, houve aumento expressivo da dívida líquida do governo federal, que passou dos 31,9% do **PIB**, em 2001, para 47,9%, em 2022, justamente o ente que, embora com expressa previsão na Constituição e na própria LRF, é o único que ainda não conta com limites para seu endividamento.

Não por outra razão se discute com tanta ênfase neste momento a regra que substituirá o teto de gastos como âncora fiscal de longa duração para garantir a sustentabilidade da dívida federal.

No caso específico do Município de São Paulo, pela

primeira vez desde a promulgação da LRF, a dívida consolidada líquida encerrou o exercício com valor negativo (R\$ 8,5 bilhões), ou seja, há mais recursos em caixa do que dívida a pagar. É bem verdade que as disponibilidades de caixa do Município são elevadas, quaisquer que sejam os parâmetros utilizados para sua avaliação. Mas isso não obscurece a notória trajetória de redução do endividamento municipal, produto do esforço fiscal conjugado de sucessivas administrações, de diferentes espectros políticos, mas todas sob a égide dos limites e controles introduzidos a partir da LRF.

Dois marcos importantes, ao longo das últimas duas décadas, contribuíram para que a trajetória de redução do endividamento fosse acelerada.

O primeiro foi a revisão dos indexadores das dívidas de Estados e municípios renegociadas com a União. Em vez do IGP-DI mais juros de 9% ao ano, a dívida renegociada com a União, a partir de 2013, passou a ser atualizada pelo IPCA mais juros de 4% ao ano, limitados à taxa Selic. E todo o estoque da dívida naquele momento foi reduzido em função da aplicação da taxa Selic como indexador desde a assinatura dos contratos de refinanciamento.

O segundo marco relevante foi o acordo judicial estabelecido entre o Município e a União no ano passado, que promoveu a quitação do estoque da dívida refinanciada, no valor de R\$ 24 bilhões, em troca da indenização pelo uso da área do Campo de Marte pela União desde a Revolução Constitucionalista de 1932, considerado indevido por todas as instâncias do Judiciário.

Se, por um lado, os paulistanos podem comemorar os benefícios de longo prazo decorrentes da redução do endividamento municipal, especialmente a viabilidade para financiar investimentos de grande vulto necessários à cidade, por outro, a dívida de curto prazo do Município requer atenção redobrada, especialmente desta e da próxima gestões.

Dos R\$ 20,3 bilhões de dívida consolidada, 93,5% são de precatórios judiciais - ordens de pagamento expedidas pela Justiça para cobrar da administração municipal os valores devidos após condenação definitiva. O estoque de precatórios vencidos deve ser quitado, segundo a Constituição federal, até dezembro

de 2029.

O Município tem, portanto, pouco mais de seis anos para pagar essa dívida.

Atualmente, a Prefeitura de São Paulo é uma das maiores devedoras de precatórios vencidos e não pagos do País. Essa dívida somou R\$ 19 bilhões ao fim de 2022, o que representou 24% das suas receitas correntes.

Se a capital fosse um Estado, seria o segundo maior devedor, tanto em termos absolutos quanto em proporção da sua receita. E, a despeito de a Prefeitura colocar à disposição cerca de R\$ 3 bilhões de seu orçamento anual, esses recursos mal cobrem o valor da expedição de novos precatórios.

O ritmo lento de redução desta dívida, considerando o prazo curto para sua quitação, acende a luz amarela, de atenção, ao cumprimento dessa obrigação.

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que, em sua atividade fiscalizatória, sempre primou pelo cumprimento das regras fiscais vigentes no País, dedicará a atenção redobrada que o caso requer quanto à efetiva quitação da dívida de precatórios no prazo imposto pela nossa Carta Magna.

Eduardo Tuma, Maurício Faria e Philippe Duchateau,  
SÃO, RESPECTIVAMENTE, CONSELHEIRO  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (TCM-SP);  
CONSELHEIRO DO TCM-SP; E EX-SECRETÁRIO  
MUNICIPAL DA FAZENDA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Citi eleva PIB em 2023, mas vê riscos para inflação e juros

**Anaís Fernandes De São Paulo**

O desempenho "bastante robusto" dos indicadores de atividade, combinado à revisão para cima na safra agrícola, desencadeou uma elevação significativa na projeção de crescimento do Citi para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2023, de 0,3% para 1%.

O Citi espera alta de 1,1% para o **PIB** do primeiro trimestre, na comparação com os três meses imediatamente anteriores. "Isso puxou bastante nossa projeção, porque o ponto de partida fica bem melhor", afirma Leonardo Porto, economista- chefe do Citi Brasil.

"Todo mundo já sabia que a agropecuária seria forte, mas vai ser mais forte ainda por causa das revisões para cima de safra", diz. Isso, segundo ele, é um "efeito temporário de crescimento". Mas mesmo os dados sobre a atividade em fevereiro e, principalmente, março sem considerar o agro surpreenderam de forma generalizada para cima, segundo o economista.

Porto destaca que o setor de serviços deve crescer 0,2% no primeiro trimestre, na margem, o que é praticamente a mesma taxa vista no quarto trimestre de 2022. "A gente tinha na conta que o processo de desaceleração dos serviços, que vem acontecendo sistematicamente, não seria interrompido, mas, aparentemente, foi", afirma.

O mercado de trabalho também parou de piorar, observa Porto.

"Ele vinha enfraquecendo desde o terceiro trimestre do ano passado e no primeiro trimestre deste ano estagnou. A taxa de desemprego parou de subir."

Quanto dessa pujança da atividade "contamina" demais trimestres precisa ser analisado, segundo o economista. "O que temos visto é uma resistência do canal de consumo das famílias, sobretudo de serviços.

Nosso time global tem colocado isso para os diversos países, e a razão pode ser o que estamos chamando de "euforia pós-pandemia", afirma Porto.

O Citi global calculou, para grandes economias, um "excesso de poupança" da pandemia da ordem de

5% a 6% do **PIB** - Estados Unidos com 6%, Reino Unido e zona do euro com 8% e Japão com quase 10%, por exemplo. A equipe do Citi Brasil estimou para o país algo em torno de três pontos percentuais do **PIB** de "excesso de poupança" entre 2020 e 2022.

"A questão é se a gente vai consumir isso. Segundo o time global do Citi, a economia americana já começou a gastar, cerca de 40%, mas Reino Unido, zona do euro, Japão e Brasil ainda não conseguiram consumir", afirma.

Por ora, o Citi Brasil revisou levemente sua projeção de **PIB** no segundo trimestre, para ligeira queda de 0,1%. "Grosso modo, ainda achamos que o primeiro trimestre vai consolidar quase todo o crescimento do ano", diz Porto.

Ele manteve sua projeção de **inflação** para o Brasil em 5,5% ao fim deste ano, abaixo do consenso (5,8% no último boletim Focus), mas reconhece que os riscos de um processo de desinflação mais gradual são crescentes, por causa da atividade resiliente.

Há, segundo o economista, um descolamento da **inflação** de itens comercializáveis. "Em moeda corrente, o real, o IC-Br [Índice de Commodities - Brasil], do Banco Central, está caindo quase 13% em 12 meses; o IPA [índice de preços ao produtor] está caindo quase 5%; mas o IPCA de comercializáveis está subindo perto de 6%. Ou seja, há um problema no canal de transmissão do atacado para o varejo", explica Porto.

Uma hipótese, segundo ele, é que a própria atividade mais forte esteja levando a isso, já que, diante de uma demanda aquecida, as empresas podem sustentar preços mais altos e recompor margens.

"Além disso, a **inflação** de não-comercializáveis é altamente dependente do estado da economia e eu estou falando que o **PIB** vai ser mais forte", acrescenta.

O cenário, diz Porto, impõe cautela à política monetária. Apesar de não ter alterado sua projeção de Selic em 12,25% ao fim deste ano, com cortes apenas a partir do quarto trimestre, o Citi reconhece que também neste caso os riscos de um ciclo de flexibilização ainda mais posterior aumentaram.

Uma reancoragem das expectativas de **inflação**, a depender do que acontecer com as metas após a reunião de junho do Conselho Monetário Nacional (CMN), pode ajudar a política monetária, pondera Porto.

Além do debate sobre as metas, após a esperada aprovação da nova regra fiscal, na avaliação dos Citi, os investidores devem voltar suas atenções para as fontes adicionais de receita capazes de sinalizar sustentabilidade do resultado primário e da dívida pública.

"Nas nossas contas, um primário zerado em 2024 depende de receitas extras em torno de um ponto percentual do **PIB**", estima Porto.

No sentido contrário, no entanto, o governo anunciou isenção tributária temporária para o setor automotivo. "Parece que haverá algum tipo de renúncia fiscal, o que afeta a trajetória de arrecadação.

Por mais que isso possa trazer uma venda de carros mais forte, geralmente, não se compensa", afirma.

Além disso, diz Porto, a medida é um estímulo fiscal, o que, no fim, pode aumentar a renda disponível das famílias, pressionar a **inflação** e, eventualmente, fazer com que o BC precise segurar a Selic por mais tempo. Sem entrar no mérito se deve ou não ser feito, pode ter um impacto de queda da **inflação** no curto prazo, mas que, no médio longo prazo, cria mais resistência para a **inflação** cair."

"Ainda achamos que o primeiro trimestre vai consolidar quase todo o crescimento do ano" Leonardo Porto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187560>

# Perspectiva favorável aguça apetite de investidores por empresas do campo

**Camila Souza Ramos**

Os investidores estão com mais apetite neste ano por operações de fusão e aquisição de empresas no agronegócio diante de mais uma safra recorde e da perspectiva de recomposição de margens, depois dos efeitos negativos da guerra da Ucrânia no setor. Somente entre janeiro e abril, já houve 17 transações no agronegócio envolvendo R\$ 1 bilhão, enquanto em todo o ano de 2021 e o todo o ano de 2022 as negociações ficaram em 25 e 29, respectivamente, segundo levantamento da consultoria Kroll.

As aquisições de empresas do agronegócio ainda são minoritárias em operações de fusão e aquisição, mas a participação já está um pouco maior neste ano, pois as transações de forma geral começaram mais fracas neste ano no país. Até abril, as transações do setor representaram 3,8% das negociações totais, enquanto em 2021 representaram 1,5% e em 2022, 1,9%, conforme o levantamento.

O valor das negociações deste ano já superou R\$ 1 bilhão, enquanto em 2022 as aquisições com valores divulgados não ultrapassaram R\$ 800 milhões. Em 2021, as transações mapeadas superaram R\$ 5 bilhões, impulsionadas por algumas operações com tíquete elevado, como a compra do total das ações da Radar, de terras agrícolas, pela Cosan por quase R\$ 1,5 bilhão, e a compra da companhia agrícola Insolo, que atua no Matopiba, pela Terrus, do empresário Ricardo Faria, por R\$ 1,8 bilhão.

Neste ano, a transação mais relevante até o momento foi a compra de 12,4 mil hectares de terra em São Desidério, na Bahia, pela SLC Agrícola por R\$ 470 milhões.

A empresa vem mantendo margens próximas de 40% e, como outros empreendimentos agrícolas, tem perspectivas positivas pela frente com os preços favoráveis nesta safra 2022/23.

Mas não são apenas as transações "dentro da porteira" que aguçam o apetite dos investidores.

Uma das transações registradas neste ano foi a compra da Referência Agroinsumos, de distribuição de insumos no Rio Grande do Sul, pela Lavoro, do Pátria Investimentos, por valor não divulgado.

Alexandre Pierantoni, head de corporate finance da Kroll, lembra que esse é um segmento que vem mantendo o ritmo de consolidação, mas ressalta que o aumento das aquisições no agronegócio vem ocorrendo em diversos segmentos dentro e fora da porteira.

"Estamos vendo operações em proteína animal, em distribuição, em químicos, e também não só na produção, mas em como se comunicar com o cliente final", afirma.

Do lado dos compradores, a predominância é de investidores estratégicos, tanto com capital nacional como internacional. Segundo Pierantoni, há um interesse dos investidores estratégicos tanto em se consolidar em seus setores de atuação como na diversificação de atuação regional e de portfólio.

"Existem muitas transações para entrar numa nova região ou levar uma empresa forte para outro patamar, ou ainda para complementação de produto", afirma.

Uma das empresas que vêm se destacando na estratégia de crescimento para complementação de portfólio é a Camil. No ano passado, a companhia pagou R\$ 152,8 milhões pela fabricante de biscoitos Mabel, após avançar nos segmentos de café e massas. A tendência, segundo Pierantoni, é que as aquisições mirem agregação de valor aos produtos.

Outra linha de negócios que vem aparecendo mais é a compra de agtechs. Só neste ano, o empresário Leonardo Maggi comprou a FieldPro, de previsão do tempo, e a "venture building" WBGI, já investiu em quatro agtechs. As startups vêm ganhando espaço com o desenvolvimento de ecossistemas voltados ao agro e à ampliação da conectividade no campo.

No caso dos investidores estrangeiros, Pierantoni identifica um maior interesse por empresas brasileiras por causa do "novo posicionamento" do Brasil no cenário externo e, no caso do agronegócio à resiliência do setor. Segundo ele, "o investidor internacional precisa alocar recurso, e o Brasil é uma opção boa por causa do potencial de crescimento, e o agronegócio enfrenta uma resistência menor por causa da relevância no **PIB**".

Já os investidores financeiros estão minguando de forma geral em operações de aquisição em diversos setores, pois os juros elevados não favorecem o apetite pelo risco, avalia o especialista. Isso não significa que estejam ausentes. Em fevereiro, a Trígono Capital elevou sua participação na Kepler Weber para 20%, em meio a receios de déficit de armazenagem no país.

Alguns segmentos, porém, ainda encontram resistência devido a gargalos conjunturais, como o de máquinas e equipamentos. As taxas de juros mais elevadas e a escassez de crédito reduzem sua atratividade. Mas há indícios de recuperação, como o resultado das negociações da última Agrishow, que cresceu 9,5% e alcançou R\$ 13 bilhões em negócios fechados.

Para Pierantoni, as operações de fusão e aquisições de forma geral no país devem ficar estáveis em relação a 2022, mas as do agronegócio devem seguir representado de 3% a 4% do total até o fim do ano.

" Há interesse em consolidar setores e na diversificação" Alexandre Pierantoni

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230526/>



# Meta de inflação contínua ganha força no mercado

**Victor Rezende e Gabriel Roca**

Num momento em que as discussões sobre o sistema brasileiro de metas de **inflação** avança, a ansiedade dos agentes financeiros em relação a possíveis mudanças no arcabouço monetário também aumentou nas últimas semanas. Uma decisão deve ser tomada somente na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) do fim de junho, mas participantes do mercado tentam calcular possíveis impactos nas expectativas inflacionárias.

A percepção de grande parte dos profissionais é de que os efeitos podem ser bem limitados.

Enquete conduzida pela Warren Rena na semana passada mostra que há uma divisão no mercado em relação ao sistema que passará a ser adotado e ao nível da meta.

Além disso, o levantamento, cujos resultados foram antecipados ao Valor, também questionou os entrevistados sobre possíveis impactos nas expectativas de **inflação** do Boletim Focus a depender do cenário para as metas de **inflação**.

Foram ouvidos 108 participantes, entre economistas, estrategistas, gestores e operadores.

Em relação ao horizonte das metas de **inflação**, apenas 11% esperam que o atual sistema, de anos-calendário, seja mantido; 41% esperam uma alteração por um horizonte de média móvel, enquanto 48% acreditam que o CMN tende a adotar um sistema de meta de **inflação** contínua.

"O Brasil é um dos únicos países a adotar o sistema de anos-calendário com a meta sendo o IPCA "cheio", observa a estrategista de **inflação** da Warren Rena, Andréa Angelo, responsável pelo mapeamento. Ela nota que um sistema de horizonte móvel já é algo informalmente utilizado pelo Banco Central, ao olhar seis trimestres à frente para avaliar o efeito máximo da política monetária.

Já um sistema que abarcasse uma meta de **inflação** contínua indicaria que a autoridade monetária precisaria olhar para o acumulado em 12 meses do IPCA o tempo todo.

Na sexta-feira, em entrevista à GloboNews, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou, inclusive, que o sistema de meta de **inflação** contínua está "angariando simpatia". Na avaliação de Haddad, a definição de uma meta contínua para o BC perseguir a **inflação** "é melhor e, quando estabelecida, raramente é mudada".

De acordo com a pesquisa realizada pela Warren Rena, caso o CMN opte por adotar um sistema de meta de **inflação** contínua, 79% dos economistas e 65% dos gestores esperam que o centro da meta seja mantido nos atuais 3%, enquanto 12% dos economistas e 15% dos gestores esperam um aumento do centro da meta para 4%.

Além disso, a Warren Rena questionou os entrevistados sobre o impacto nas projeções de **inflação** caso o sistema passe a ser de meta contínua e o centro da meta prossiga em 3%. O levantamento aponta que 44% dos economistas e 41% dos gestores esperam um impacto que fique entre zero e uma queda de 0,25 ponto percentual na projeção para o IPCA de 2024.

Além disso, 12,5% dos gestores e 29% dos economistas esperam impacto nulo nesse cenário.

"Em linhas gerais, a pesquisa trouxe um grau de pessimismo maior entre os economistas em relação aos impactos nas expectativas de **inflação** do que os traders, mesmo se o ponto central da meta for mantido em 3%", diz Andréa Angelo. A estrategista nota, ainda, que, nos cenários em que o sistema passaria a ser de meta contínua, há um otimismo maior entre os agentes em relação a possíveis impactos nas expectativas inflacionárias, enquanto o horizonte de média móvel não é visto com bons olhos, especialmente por economistas.

"O que parece é que o mercado acredita que a meta vai ser seguida caso ela passe a ser adotada em um horizonte contínuo, mas o grande ponto é que existe pouco espaço para queda das expectativas no Focus, pelo que indica a pesquisa.

Nossa sensação é de que o pontomédio para o IPCA de 2024, por exemplo, vai cair no máximo 0,2 ponto", diz a estrategista. O último Boletim Focus mostrou a mediana das estimativas para a **inflação** do próximo

ano em 4,13%.

Em relação a horizontes mais longos, o levantamento mostra uma divisão maior entre os agentes de mercado sobre os impactos nas expectativas inflacionárias. De acordo com a pesquisa, 29% dos economistas e 29% dos gestores acreditam que o impacto nas expectativas para o IPCA de 2025 no Focus seria nulo caso o centro da meta seja mantido em 3%, em um sistema com horizonte contínuo.

Ao mesmo tempo, 32% dos economistas e 35% dos gestores veem chance de uma queda das expectativas entre zero e 0,25 ponto. Cabe apontar, ainda, que 26,5% dos economistas e 12% dos gestores veem espaço para uma queda das expectativas para a **inflação** de 2025 entre 0,5 ponto e 0,75 ponto. No Focus, as expectativas de **inflação** de prazos mais longos estão em 4%.

"Até pelas sinalizações que o governo emitiu no começo do ano, que foram bem fortes, o mercado migrou para um cenário de uma meta mais alta. Nós achávamos que a meta seria alterada, mas a discussão ficou mais organizada.

Vimos a ministra Simone Tebet colocando que a discussão da meta era uma "não-discussão" e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, vindo a público explicar os motivos de não fazer sentido mudar a meta. Além disso, a ala política diminuiu o tom em relação a sinais contrários à meta de 3%", aponta o economista-chefe do Banco Original, Marco Antonio Caruso.

"Nas minhas contas, existe no Focus uma meta implícita entre 3% e 4%. Se a meta subir para 4%, deveria existir uma piora adicional na projeção do ano que vem, mas, se ela não for alterada, acredito que o IPCA de 2024 no Focus, que está em 4,13%, poderia caminhar para algo em torno de 3,5%. Seria um movimento relevante", nota.

Um segundo passo estudado por Caruso seria o quanto a mudança no Focus poderia influenciar as projeções do Copom. "A projeção do BC, hoje, é de um IPCA de 3,6% em 2024. Caso a melhora projetada no Focus se concretize, acredito que, na melhor das hipóteses, a projeção do Copom poderia caminhar para 3,2%. Esse nível seria suficiente para começar a cortar juros? Pelas comunicações recentes, o BC poderia começar a considerar que uma projeção de 0,2 ponto acima da meta está ao redor da meta. A questão é saber se o BC consideraria suficiente para falar que existe uma convergência", observa.

Na avaliação do economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro, mesmo que o CMN

não altere a meta de 3% em junho, as expectativas não devem caminhar em direção ao centro da meta imediatamente. A depender da comunicação, ele espera que o mercado continue a atribuir alguma probabilidade de uma mudança ocorrer posteriormente.

"O fato de não mexer na meta em junho talvez não tire todo o prêmio que está colocado. Acho que seria necessário realmente ver o governo indicando uma menor interferência na atuação do BC para perseguir seus objetivos", diz Loureiro. Para ele, caso a discussão não ganhasse calor, as expectativas de **inflação** não teriam subido tanto "e, provavelmente, os cortes na Selic estariam mais próximos".

"Focus traz meta implícita entre 3% e 4%; se subir, piora projeção de 2024" Marco A. Caruso

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230526/>